

Jornal O DIA SP

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484
Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 08, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04538-132, os documentos que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo (SP), 26 de março de 2026.
Rubens Ometto Silveira Mello - Diretor Presidente

Vertiz Holding S.A.

CNPJ/MF nº 62.330.590/0001-78 - NIRE 35.300.679.695
Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Vertiz Holding S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 30, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04538-132, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo (SP), 26 de março de 2026.
Rubens Ometto Silveira Mello - Diretor Presidente

PRN Concessões e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 00.358.042/0001-07 - NIRE nº 35.234.693.292 - Sociedade Empresária Limitada
Aviso ao Sócio

Comunicamos ao Sócio da **PRN Concessões e Participações Ltda.** ("Sociedade") que se encontram disponíveis na sede social da Sociedade, na Avenida Doutor Ruth Cardoso, 8.501, 5º andar, sala 1, parte, Pinheiros, CEP: 05.425-070, São Paulo/SP, os documentos relativos às contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo/SP, 24 de março de 2026.
Guilherme Netta Gomes - Diretor-Presidente, **Josiane Carvalho de Almeida** - Diretora

ApSen Farmacêutica S/A

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - JUICESP NIRE 35.300.159.632
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **APSEN FARMACÊUTICA S/A**, ("Companhia"), nos termos do Parágrafo Único do Artigo 9º do Estatuto Social, para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 14:00, em primeira convocação, com tolerância de 15 minutos para instalação, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em sede de **Assembleia Geral Ordinária:** (a) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração, orçamento de capital, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (c) reajustar a remuneração global anual dos membros da Diretoria; e em sede de **Assembleia Geral Extraordinária:** (d) deliberar sobre o pagamento, aos acionistas, de juros sobre capital próprio, relativo ao exercício social em curso, a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026. **AVISOS:** 1. A assembleia será realizada de forma mista: fisicamente, na sede da Companhia, e virtualmente, por meio da ferramenta Teams, como de costume. 2. A administração da Companhia enviará o convite virtual para cada um dos acionistas e/ou seus representantes, por meio de e-mail. 3. Todos os documentos, inclusive os previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, necessários para a aprovação dos itens da ordem do dia estão à disposição no portal dos acionistas e fisicamente na sede social da Companhia. 4. A lista de presença bem como ata da assembleia serão assinadas eletronicamente.
São Paulo/SP, 25 de março de 2026
RENATO SPALLICCI - Diretor Presidente

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35300055830

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas do **Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.** ("Companhia") a comparecer presencialmente à Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia **28 de abril de 2026, às 15 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Gerivalta, nº 207, conjunto 172, 18º andar, Buarãni, CEP 05501-900 ("AGO/2026"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutária, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) deliberar o pagamento da participação dos Administradores no lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (III) deliberar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (IV) deliberar a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2026; (V) fixar o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia em 6 (seis) membros, em caso de eleição por voto majoritário ou voto múltiplo, sendo que tal número poderá ser acrescido em até 1 (um) membro, ou seja, para 7 (sete) membros no total, em caso de solicitação de votação em separado, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; (VI) eleger os membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 (um) ano, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; e (VII) fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros do Comitê de Auditoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Instruções para participar da AGO/2026:** Poderão participar da AGO/2026 os acionistas ou seus representantes, nos termos da lei, presencialmente e mediante envio prévio de boletim de voto a distância ("Boletim de Voto a Distância"), na forma da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"). Para participar da AGO/2026 presencialmente, os acionistas deverão apresentar, na AGO/2026, (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia de sua titularidade; (iii) documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador, no caso de fundos de investimento; e (iv) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista por procurador. Para a participação via Boletim de Voto a Distância, os acionistas deverão transmitir, até o dia 24 de abril de 2026 (inclusive), suas instruções de voto, entregando os respectivos Boletins de Voto a Distância, acompanhado da documentação necessária. (i) ao escriturador das ações da Companhia; (ii) aos seus agentes de custódia; (iii) ao depositário central no qual as ações estão depositadas; ou (iv) diretamente à Companhia, através do e-mail do Departamento de Relações com Investidores (ri@planoaplano.com.br) observadas as regras estabelecidas na RCVM 81/22, os procedimentos descritos nos Boletins de Voto a Distância disponibilizados pela Companhia e as orientações contidas na Proposta da Administração. O Boletim de Voto a Distância que não esteja regularmente preenchido, não seja submetido no prazo acima referido e/ou não esteja acompanhado dos documentos necessários indicados acima será desconsiderado pela Companhia, na forma da RCVM 81/22. As orientações e procedimentos aplicáveis às regras para participação presencial na AGO/2026 ou via Boletim de Voto a Distância, bem como as demais instruções relativas à AGO/2026 estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.planoaplano.com.br/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **Orientações Gerais:** Na forma do §5º do artigo 5º da RCVM 81/22, a Companhia esclarece que optou por realizar a AGO/2026 de forma exclusivamente presencial para manter a prática da Companhia nas últimas assembleias gerais, assim como por acreditar que essa modalidade proporciona uma comunicação mais clara e eficaz entre os participantes, além de promover maior interação entre os acionistas e a Companhia, o que possibilita o esclarecimento imediato de eventuais dúvidas que possam surgir durante o convênio. Em atenção à Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 70/22"), informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A requisição do referido processo para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da AGO/2026 ora convocada, ou seja, até as **15 horas do dia 26 de abril de 2026**, ou requerida por meio do Boletim de Voto a Distância, conforme orientações apresentadas acima. Ainda, na forma do inciso I-A do artigo 5º da RCVM 81/22, a Companhia informa que o pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia pode ser realizado por acionistas que possuam, ao menos 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, em linha com o disposto no artigo 4º da RCVM 70/22. Os acionistas poderão solicitar a inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no BVD disponibilizado pela Companhia em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da AGO/2026, a saber, até **03 de abril de 2026 (inclusive)** – desde que o referido acionista possua, ao menos, 2,5% (dois e meio por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, na forma do inciso (i) do artigo 37 c/c Anexo nº da RCVM 81/22. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGO/2026, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.planoaplano.com.br/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo, 27 de março de 2026. **RODRIGO UCHOA LUNA** - Presidente do Conselho de Administração.

Banco Digio S.A.

CNPJ nº 27.098.060/0001-45 - NIRE 35.300.151.372

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.11.2025

Data, Hora, Local: Aos 10 dias do mês de novembro de 2025, às 11h, na sede social, Alameda Xingu, 512, 7º e 10º andares, parte, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, Barueri, SP, CEP 06455-030. **Mesa:** Presidente: Carlos Giovane Neves; Secretário: Antonio Campanha Junior. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação em conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** Aprovaram a alteração parcial do Estatuto Social no Artigo 3º, em razão da alteração do endereço da sede da Sociedade de Alameda Xingu, nº 512, 7º e 10º andares, parte, Edifício "Condomínio Evolution Corporate", Alphaville, Barueri, São Paulo, SP, CEP 06455-030 para Avenida Alphaville, 779, 11º e 12º andares, Lado A e B, Salas: 1101 - 1102 e 1202. Sítio Tamboré Alphaville, Barueri, SP, CEP 06472-020, proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão desta data (10.11.2025), dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, a redação do Artigo 3º do estatuto social passará ser a seguinte após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil: "A Sociedade tem sede na Avenida Alphaville, 779, 11º e 12º andares, Lado A e B, Salas: 1101 - 1102 e 1202, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri, SP, CEP 06472-020, e foro no mesmo Município.". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Giovane Neves; Secretário: Antonio Campanha Junior; Acionista: Kartra Participações Ltda., representada por seus procuradores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUICESP - Certifico o registro sob o número 092.948/26-1, em 13.3.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CREDITCORP SECURITIZADORA S.A.

CNPJ Nº 09.947.678/0001-202 - NIRE 35.300.151.372

Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 20 de Março de 2026
CNPJ Nº 09.947.678/0001-202 - NIRE 35.300.151.372
1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2026, às 10:00 (dez horas), realizou-se, na sede da Creditcorp Securitizadora S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 100, 14º andar, Vila Olímpica, CEP 04.551-010, ("Companhia"), a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior e como Secretário, o Sr. Luis Fernando Grijo Ferraz Correa. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) A realização de emissão de debêntures (décima quinta) emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para colocação privada ("Operação"); (ii) A celebração do Instrumento Particular de Escritura de Emissão e demais documentos da operação com o Originador Minha Cota Consórcios e Investimentos Ltda. ("Documentos da Operação"); e (iii) A ratificação da instituição do regime fiduciário e constituição do patrimônio separado sobre os direitos creditórios. **5. DELIBERAÇÕES:** Após análise, os Diretores aprovaram, por unanimidade e sem reservas: **1.1.** Aprovar a 15ª (décima quinta) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para colocação privada, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de emissão, com as seguintes características e condições principais, e que serão detalhadas e reguladas por meio da celebração da Escritura de Emissão de Debêntures, bem como a realização da Operação pela Companhia, mediante a celebração dos Documentos da Operação pertinentes, inclusive eventuais aditamentos que se fizerem necessários. **1.1.1. Número da Emissão:** 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures. **1.1.2. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na Data de Emissão. **1.1.3. Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) unidades de Debêntures. **1.1.4. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão. ("Valor Nominal Unitário"). **1.1.5. Forma e Espécie:** Nominativa, quirográfrica (artigo 58 da Lei das S.A.). **1.1.6. Conversibilidade:** Não convertíveis em ações. **1.1.7. Data de Emissão:** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será em 20 de março de 2026, conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Emissão"). **1.1.8. Prazo e Vencimento:** 180 (cento e oitenta) meses da Data de Emissão. **1.1.9. Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário. **1.1.10. Destinação dos Recursos:** Os recursos serão destinados à aquisição de Direitos Creditórios de Cotas de Consórcio, diretamente dos Vendedores, mediante Contratos de Cessão e (ii) pagamento das Despesas Iniciais. **1.1.11. Público-Alvo:** Investidores qualificados, conforme regulamentada pela CVM. **1.1.12. Remuneração:** Exclusivamente pelo Sobrejo (recursos excedentes do Patrimônio Separado), sem taxa de juros pré-determinada. **1.1.13. Negociação:** As Debêntures não serão depositadas para negociação em mercado secundário. **1.1.14. Revolvência:** A Emissora poderá adquirir novos Direitos Creditórios durante o Período de Revolvência (180 meses), observando: (i) os novos Direitos Creditórios deverão atender aos Critérios de Elegibilidade previstos na Escritura de Emissão; (ii) não poderá haver aquisição após Evento de Vencimento Antecipado não sanado, e (iii) a Emissora manterá controle individualizado. **1.1.15. Atualização do Lastro:** O anexo III da Escritura de Emissão será atualizado por aditamento simplificado a cada nova cessão, dispensada aprovação dos Debenturistas. **1.2.** A emissão será lastreada em Direitos Creditórios de Cotas de Consórcio (contempladas, canceladas, ativas e antecipação de recebíveis), originados pela Minha Cota Consórcios e Investimentos Ltda. **1.3.** A Diretoria da Companhia, ou seus procuradores devidamente constituídos, ficam autorizados a, observadas as condições deliberadas, praticar todos os atos necessários à realização e ao aperfeiçoamento da Emissão e da Oferta: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures e que venham a ser aplicáveis à Emissão, desde que observado o acima disposto, em especial, as hipóteses de vencimento antecipado; (b) negociar e celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, a negociação e formalização da Escritura de Emissão, bem como quaisquer aditamentos aos referidos documentos; a tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas; (c) contratar os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário operacionalizados pela B3. **1.4.** A ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações acima. **2. ESCLARECIMENTOS:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário conforme o disposto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **3. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, foi assinada pelos presentes. Assinaturas: Mesa – Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior, Presidente; Luis Fernando Grijo Ferraz Correa, Acionista – Creditcorp Serviços Corporativos, por Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior. Conforme com a original lavrada em livro próprio, São Paulo, 20 de março de 2025. Mesa: **LUIZ FERNANDO CASTELLO BRANCO GONÇALVES JÚNIOR - Presidente; LUIS FERNANDO GRIJO FERRAZ CORREA - Secretário. CREDITCORP SECURITIZADORA S.A.**

GMHG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 03.129.554/0001-81 - NIRE 35.300.172.533

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da **GMHG PARTICIPAÇÕES S.A.**, para se reunirem em AGO/E, a ser realizada Rua Iguatemi, 151, 20º andar, cj. 201, Itaim Bibi, SP, SP às 18:30h no dia 07.04.2026, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Aprovação das contas e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2025; 2) Reeleição da Diretoria; 3) Redução do Capital Social; e 4) Consolidação do Estatuto Social. A Diretoria. (27.28 e 31.03)

TUTELAR EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF 55.389.399/0001-36 - NIRE 35.300.375.538

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 29/04/2026 de forma presencial, na sede da Companhia para aqueles que comparecerem presencialmente e via teams/zoom para ingresso remoto, às 09:00 horas em primeira convocação ou às 09:30 horas em segunda e última, para examinar, discutir e deliberar acerca: (i) das contas da Administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; e, (ii) dos balanços e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Estarão à disposição dos acionistas, a partir da data 27/03/2026, na sede da Companhia, a cópia dos documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e a forma de ingresso remoto à reunião deverá ser solicitada pelo e-mail ljffernandes@tutel.com.br, sendo certo que serão respondidos apenas os e-mails cujo remetente seja o acionista ou seu representante legal.

FACMA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.157.708/0001-00 - NIRE nº 35.3.0034295

EXTRATO DE ATA DE AGO REALIZADA EM 03/03/2025

Data, Hora e Local: Aos 10/03/2025, às 10:00 hrs, na sede social, na Rua Dom Nery, nº 480 - Sala 03, Bairro Vila Embaré, CEP nº 13.271-170, em Valinhos/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas. **Mesa:** Presidente: Antonio Carlos Madia; e Secretário: Daniel Henrique Caciato. **Deliberações da Ordem do dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) Discussão e aprovação das contas relativas ao exercício de 2024, tendo os Srs. Acionistas após a análise das demonstrações financeiras deliberado pela sua aprovação por unanimidade e (ii) Discussão e aprovação de aumento do capital social para R\$ 16.705.300,00 (Dezesseis milhões, setecentos e cinco mil e trezentos reais), mediante a capitalização de saldo da reserva de capital existente em 31/12/2024 na contabilidade da Cia. no valor de R\$ 694.600,00 (Seiscentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais), com a criação de 69.460 (sessenta e nove mil e quatrocentos e sessenta) ações ordinárias nominativas, distribuídas em partes iguais aos acionistas, razão pela qual o Artigo 3º do Capítulo II do Estatuto da Cia., passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º - O capital social subscrito é de R\$ 16.705.300,00 (Dezesseis milhões, setecentos e cinco mil e trezentos reais), representado por 1.670.530 (um milhão, seiscentos e setenta mil e quinhentas e trinta) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma", tendo os Sr. Acionistas após debatida e discutida a proposta deliberado pela sua aprovação por unanimidade. Foi aprovada ainda por unanimidade a consolidação do estatuto social da Cia. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Madia; e Angela Scavittaro Madia. **Certidão:** Certifico o registro perante a JUICESP sob nº 97.802/25-e em 27/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/MF nº 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026

Convocamos os senhores acionistas da **Companhia Brasileira de Alumínio**, sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2598-A, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, CEP 04571-900, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.012.763 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 61.409.892/0001-73, ("Companhia"), a ser reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 09:00 horas ("AGO" ou "Assembleia"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ion Meetings", que proverá o acesso à AGO, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, § 2º-A, ambas da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 5º, § 2º, I, e 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o Relatório da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutária; (ii) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (iii) deliberar sobre a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 5º, § 4º, da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática histórica adotada pela Companhia; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital se apresentar como forma de reduzir o absenteísmo nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da Assembleia nesta modalidade. Os acionistas poderão ser representados na AGO por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGO munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Para participarem, os acionistas deverão acessar o link: <https://assembleia.ten.com.br/551046300/auth>, até o dia 27 de abril de 2026, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81. A Companhia acatará como documentos comprobatórios da condição de acionista os seguintes documentos: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 3 (três) dias de antecedência da AGO, observado que, nos termos do artigo 6º, § 5º da Resolução CVM 81, e dos artigos 31 e 35 da Lei das Sociedades por Ações, **independentemente do envio deste documento**, a comprovação da condição de acionista exigida nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações será verificada com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia, fornecidos pelo agente responsável pela escrituração de suas ações; e (b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou (c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos; ou (d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica. Os instrumentos de mandato deverão: (i) (a) para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), (c) para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (ii) apresentar firmas reconhecidas ou, nos casos de documentos celebrados digitalmente, que os instrumentos sejam assinados com certificado digital ICP-Brasil, ou ainda pelo portal "Gov.br"; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGO ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto a Distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites: da própria Companhia (<https://ri.cba.com.br/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<https://b3.com.br>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm>). Nos termos do artigo 5º, inciso IA, da Resolução CVM 81 e do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, seu Conselho Fiscal não tem funcionamento em caráter permanente e, na data deste Edital de Convocação não se encontra instalado. Nesse sentido, nos termos do artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, ("Resolução CVM 70"), acionistas da Companhia, representando no mínimo 2,0% (dois por cento) do total de ações com direito a voto, poderão requerer sua instalação. As instruções detalhadas para participação na AGO, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGO, incluindo este Edital de Convocação, à Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (<https://ri.cba.com.br/>), na página da B3 (<https://b3.com.br>) e na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm>). São Paulo, 27 de março de 2026. **Luis Ermirio de Moraes** Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 31/03/2026)



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 2025. Valinhos, Março/2026.

Balanco Patrimonial		Nota	2025	2024
Ativo/Ativo circulante			79.281	115.295
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.933	66.166	
Contas a receber de clientes	4	22.041	25.842	
Estoque	5	16.953	12.736	
Tributos a recuperar	6	3.076	9.470	
Adiantamentos	7	298	253	
Outras contas a receber	8	981	828	
Ativo não circulante			103.129	99.552
Tributos a recuperar	6	4.543	3.171	
Outras contas a receber	8	61	51	
Imobilizado	9	98.523	96.320	
Intangível		2	-	
Total do ativo			182.410	214.847

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reser-vas de capital	Reser-vas de lucros	Total
Em 1º/01/2024		50.000	8.053	91.560
Lucro (Prejuízo)	-	-	40.510	40.510
Líquido exercido	-	-	(10.000)	(10.000)
Dividendos distribuídos	-	-	(10.683)	(10.683)
Juros sobre capital próprio	-	-	1.918	1.918
Reserva legal	-	-	9.970	9.970
Em 31/12/2024		50.000	9.970	109.470
Integralização de capital	70.000	-	(70.000)	-
Lucro (Prejuízo)	-	-	10.769	10.769
Lucros/Dividendos distribuídos	-	-	(15.000)	(15.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	(14.114)	(14.114)
Reserva legal	-	-	(2.026)	(2.026)
Em 31/12/2025		120.000	11.996	191.100

Notas Explicativas das demonstrações contábeis

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em outubro de 1944, tendo como objeto social específico (AGE 19/Outubro/1977): a exploração da indústria, comércio, importação e exportação, de celulose, papel, papelão, plásticos de qualquer qualidade e seus artefatos, artigos similares e conexos, exploração agropecuária, reciclagem em geral, chapas e caixas de papelão ondulado, podendo ainda participar de outras sociedades como quotista ou acionista.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade de técnicas gerais (NBC-TG) e disposições da Lei das Sociedades por Ações, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/08, e a companhia não optou pela adoção em 2014 da Lei 12973/14. Não foi registrado nenhum ajuste de valor significativo para adequação das demonstrações às normas brasileiras de contabilidade - técnicas gerais (NBC-TG), bem como alterações da Lei das S.A., uma vez que a sociedade procura atender estritamente seu objeto social sem possuir operações financeiras mais complexas e já estava seguindo as principais práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Regime de Escrituração Contábil: As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de 01 ano foram classificados como circulante e os com prazos superiores a 01 exercício foram classificados no grupo não circulante.

b) Caixa e Equivalente de Caixa: Representados por saldos em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

c) Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal, sendo as relativas ao mercado externo, atualizadas pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. As receitas antecipadas correspondentes aos itens faturados e ainda não entregues são reclassificadas para o ativo, reduzindo o saldo de clientes.

d) Estoques: Os estoques de clientes que são demonstrados ao custo ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. Os custos dos estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos nas aquisições, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte dos custos gerais de fabricação, alocados com base na capacidade normal de operação.

e) Imobilizado: Está mensurado e demonstrado ao custo pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A empresa não adotou o modelo de custo atribuído para mensuração de seus ativos imobilizados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas não são reconhecidos pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos na demonstração do resultado.

A empresa não optou pela adoção do custo atribuído.

f) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes: Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidas.

g) Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Atualmente, a empresa reconhece os encargos e juros proporcionais pelo regime de competência, conforme a apropriação dos encargos ao longo do tempo, independentemente do pagamento das amortizações.

h) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes: Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos.

i) Patrimônio Líquido: Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

j) Apuração do Resultado e Reconhecimento de IRPJ/CSLL: As receitas e despesas são apropriadas ao resultado do período, de acordo com o regime de competência. A empresa adota o regime tributário de lucro real trimestral, para apuração do imposto de renda e da contribuição social, que são registrados em livros próprios e calculados com base em resultados fiscais, apurados de acordo com a legislação em vigor.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa: O caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e está dividido da seguinte maneira:

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa	1	3
Cheques devolvidos	35	35
Bancos	1.224	8.659
Aplicações Financeiras	34.573	57.468
Total	35.933	65.166

4. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber correspondem aos valores originados pela venda de mercadorias no mercado interno e externo no decurso normal das atividades da Companhia.

5. Estoques: Os estoques de matéria-prima estão avaliados pelo custo médio de aquisição, excluídos os impostos recuperáveis. O produto acabado ou em elaboração são avaliados pelo custo médio ponderado de produção sendo agregado o GfR do período.

6. Tributos a Recuperar: Os créditos de tributos são compostos por impostos a recuperar na aquisição de ativos imobilizados - IAP.

7. Ativo Imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, e depreciados pelo método linear, considerando a vida útil econômica, conforme tabela permitida como despesas pela RFB.

8. Outros Contas a Receber: Este grupo de Outros Créditos a Receber é composto do saldo em aberto referente a despesas antecipadas, variação cambial de Hedge e Empréstimos Eletrobras, conforme visualização abaixo:

2025	2024
Circulante	
Outras contas a receber	
Prêmio de seguro a apropriar	981
Total	981
Outras contas a receber	
Empréstimo Eletrobras	61
Total	61

9. Ativo Imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, e depreciados pelo método linear, considerando a vida útil econômica, conforme tabela permitida como despesas pela RFB.

Edifícios e Terrenos	Instalações	Equipamentos	Equipamentos de Dados	Equipamentos de Telecomunicações	Móveis	Veículos	Benefícios em andamento	Total
Saldos em 1º/01/2023	5.302	5.010	51.666	171	33	331	447	76
Aquisições	-	-	(40)	-	-	-	-	(40)
Transferências	3	14.513	117	18	60	-	(14.712)	-
Depreciações	(387)	-	(7.536)	(75)	(14)	(57)	(196)	(8.265)
Saldos em 31/12/2024	4.918	5.010	58.603	213	38	334	251	76
Aquisições	-	-	-	-	(2)	(3)	(54)	(3)
Transferências	30	-	39.020	64	16	41	397	(39.567)
Depreciações	(388)	-	(10.353)	(81)	(16)	(63)	(146)	(11.048)
Saldos em 31/12/2025	4.559	5.010	87.270	196	34	312	447	69
Taxa anual de depreciação	4%	0%	10%	20%	20%	10%	20%	4%

10. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos vigentes na data-base de 31/12/2025 são emontados dispostos abaixo:

Empréstimos e Financiamentos	Valor	Moeda	Taxa Média/Encargos	Garantias
Itaú Utilbank S.A.	2.314	Real/Euro	0,87% a.m.	Contrato de Hedge
Bradesco S.A.	6.076	Real	0,97% a.m.	-
Banco do Brasil S.A.	1.701	Real	0,21% a.m.	Não há
Santander S.A.	1.333	Real	0,89% a.m.	Não há
Banco Safra	-	Real	-	Não há
Outros	-	Real	-	Não há
Total	12.424			

11. Fornecedores: As contas a pagar correspondem aos valores originados pela compra de mercadorias, matérias-primas e insumos no mercado interno e externo, conforme a necessidade e demanda decorrentes para o exercício de suas atividades.

12. Tributos a pagar: Os tributos a recolher no período são demonstrados da seguinte forma:

2025	2024
Tributos a pagar	
IPI a recolher	987
ICMS a recolher	1.363
Contribuição Social a recolher	342
Imposto de Renda a recolher	(-)
PIS/COFINS a recolher	571
IRRF sobre salários a recolher	147
Parcelamento ICMS	891
Outros a recolher	504
Total	4.554

13. Obrigações Sociais e Trabalhistas: As contas que compõem o grupo de obrigações trabalhistas do Cartonificio Valinhos S.A. são demonstradas abaixo:

Obrigações sociais e trabalhistas	2025	2024
Salário a Pagar	45	
Férias a Pagar	1.493	
INSS a Recolher	399	
FGTS a Recolher	174	
Contribuições Sindicais	13	
Total	2.124	

14. Outros Valores e Provisões: O grupo Outros valores e provisões é composto por: Seguro a pagar e provisões - 2025 2024
 Seguro a pagar - contingência 565 -
 Outros 4 2
Total 1.555 968

Os processos contenciosos que compõem o valor contabilizado se referem a processos trabalhistas.

15. Patrimônio Líquido: O capital social representa R\$ 120.000,00 (cento e vinte milhões de reais) que se encontra totalmente subscrito e integralizado, sendo representado por 120.000,000 (cento e vinte milhões) de ações com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, composto como segue:

Ações	Ordinárias	Preferenciais	Qtde.	%
Pessoas físicas	109.807.380	-	109.807.380	91,5%
Pessoas físicas	10.192.620	-	10.192.620	8,5%
Total	120.000.000	-	120.000.000	100,0%

16. Receita: A receita de vendas é proveniente de movimentações no mercado interno e externo, principalmente pela venda de mercadorias e produtos industrializados no Cartonificio Valinhos S.A.:

2025	2024
Receitas	
Receita Bruta:	
Receita de Venda de Mercadorias	234.764
Produtos	250.527
Receita na Venda de Mercadorias	23.386
Deduções de Vendas:	
(-) Vendas Canc. Dev. e Desc. Incondic. (3.420)	(3.148)
(-) ICMS (38.466)	(41.869)
(-) COFINS (15.187)	(16.415)
(-) PIS/Pasep (3.297)	(3.564)
(-) IPI (16.388)	(15.925)
Receita Líquida	181.391

Entre os principais produtos fabricados, estão: **Papel: Miolo e capa, com e sem size; Folhas cartão; Chapas: miolo, capa simples, capa dupla e branco, com e sem size; Caixas miolo, capa simples, capa dupla e branco, com e sem size.**

17. Custo com Vendas e Despesas Administrativas: O Cartonificio Valinhos S.A. apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

Demonstração do Resultado		Nota	2025	2024
Receita líquida	16	181.391	195.930	
Custo das vendas	17	(152.199)	(138.321)	
Lucro bruto		29.192	57.610	
Despesas com vendas	17	(11.515)	(11.975)	
Outros ganhos (perdas), líquidos	18	511	22.463	
Lucro antes do resultado financeiro		3.907	51.490	
Receitas financeiras	19	5.177	5.177	
Despesas financeiras	19	(9.084)	(9.265)	
Recursos (despesas)		(3.907)	(3.907)	
Lucro líquido do exercício		10.769	40.510	
Lucro antes do IR e da CS	20	9.084	51.265	
IR e CS correntes	20	(31)	(12.731)	
IR e CS diferidos	20	1.722	1.876	
Lucro líquido do exercício		10.769	40.510	
De operações continuadas	21	0,204	0,810	
(*) Reclassificado o lançamento de fretes de venda para despesas comerciais e o frete de compras para custos das vendas em 2024 para melhor comparabilidade.				
Tributos a recuperar		2025	2024	
ICMS CIAP a compensar	1,885	2.218		
PIS CIAP a compensar	10	12		
COFINS CIAP a compensar	48	57		
IRPJ e CSLL Diferidos	3.598	1.876		
IRPJ e CSLL a Compensar	2,076	-		
Outros Impostos a Compensar		-	8.478	
Total		7.620	12.641	
Circulante		3.076	9.470	
Não circulante		4.543	3.171	
7. Adiantamentos: Este grupo de Adiantamentos é composto do saldo em aberto referente a Pagamentos antecipados a fornecedor e colaborador, conforme visualização abaixo:				
Adiantamentos		2025	2024	
Adiantamento a fornecedores	120	138		
Adiantamento a colaboradores	17	115		
Total		298	253	

18. Outros Ganhos e Perdas: Este grupo de Outros Créditos a Receber é composto do saldo em aberto referente a despesas antecipadas, variação cambial de Hedge e Empréstimos Eletrobras, conforme visualização abaixo:

2025	2024
Circulante	
Outras contas a receber	
Prêmio de seguro a apropriar	981
Total	981
Outras contas a receber	
Empréstimo Eletrobras	61
Total	61

19. Resultado Financeiro: O resultado financeiro é apresentado pelo somatório das receitas e despesas financeiras incorridas no período, sendo elas:

Receitas Financeiras	2025	2024
Juros com aplicações financeiras	6.719	
Ganhos com variações monetárias e cambiais	- 25	
Receita de título vinculado ao mercado aberto	2	
Descrtores financeiros obtidos	389	
Ganhos com variação cambial	1.358	
Despesas Financeiras		
Juros sobre dívidas e empréstimos tomados	(2.998)	
Encargos financeiros	(63)	
Descrtores financeiros concedidos	(230)	
Perdas com variação cambial	(117)	
Resultado Financeiro Líquido	5.177	

20. Tributos sobre o Lucro: O imposto de renda e contribuição social do Cartonificio Valinhos S.A. foram computados com base na legislação em vigor, conforme valores demonstrados abaixo:

Resultado antes do imposto	2025	2024
Expectativa Imposto com base na taxa nominal - 34%	(3.083)	
Adições permanentes	(31)	
Exclusões permanentes	- 1.698	
Reconstituição de tributos diferidos anteriores	- 1.190	
Efeitos tributários - Juros sobre capital próprio	4.799	
Incentivos Fiscais	1.685	
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(37)	
Constituição de IR e CS diferido	1.722	
Despesa com IR e CS reconhecida no resultado corrente e diferido	1.685	
Alíquota efetiva	18,55%	
Tributos diferidos	2025	2024
Diferenças Temporárias		
Outras provisões	-	
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.253	
Provisão para Contingências	335	
Provisão fiscal acumulada	210	
IE e CS diferidos, líquido	3.598	
21. Lucro por Ação		
Lucro por Ações	2025	2024
Lucro atribuído aos acionistas da Sociedade	10.769	
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	52.685	
Lucro básico por ação - R\$	0,204	
22. Seguros: A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, sendo assim, em 31 de dezembro de 2025 a administração considera que todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco estão cobertos pelo seguro.		

23. Outros Ganhos e Perdas: Este grupo de Outros Créditos a Receber é composto do saldo em aberto referente a despesas antecipadas, variação cambial de Hedge e Empréstimos Eletrobras, conforme visualização abaixo:

2025	2024
Circulante	
Outras contas a receber	
Prêmio de seguro a apropriar	981
Total	981
Outras contas a receber	
Empréstimo Eletrobras	61
Total	61

24. Outros Ganhos e Perdas: Este grupo de Outros Créditos a Receber é composto do saldo em aberto referente a despesas antecipadas, variação cambial de Hedge e Empréstimos Eletrobras, conforme visualização abaixo:

2025	2024
Circulante	
Outras contas a receber	
Prêmio de seguro a apropriar	981
Total	981
Outras contas a receber	
Empréstimo Eletrobras	61
Total	61

25. Outros Ganhos e Perdas: Este grupo de Outros Créditos a Receber é composto do saldo em aberto referente a despesas antecipadas, variação cambial de Hedge e Empréstimos Eletrobras, conforme visualização abaixo:

||
||
||

digo

Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7ª Andar - Alphaville - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco Digo, integrante da Organização Bradesco, atua como instituição financeira de perfil digital, com portfólio abrangente de produtos e serviços ofertados por meio de uma jornada 100% digital, incluindo conta de pagamento, cartões, crédito pessoal, crédito consignado público e privado, seguros, investimentos em CDB, *marketplace* de serviços financeiros e plataforma *whitelabel* para parceiros estratégicos.

Ao final do exercício de 2025, o Banco registrou base de 10,0 milhões de clientes únicos, representando crescimento de 7% em relação ao exercício anterior. A carteira de crédito atingiu R\$ 201 bilhões, enquanto as receitas de intermediação financeira totalizaram R\$ 3,5 bilhões.

No período, o Banco manteve avaliações positivas nas principais plataformas digitais, incluindo lojas de aplicativos, *Google My Business* e Reclame Aqui, refletindo o compromisso com a excelência na experiência digital.

Para o exercício de 2026, o principal objetivo estratégico do Banco Digo é ampliar sua relevância no crédito colateralizado, sobretudo no Crédito Consignado Público - servidores federais, estaduais e autarquias - e Crédito do Trabalhador, através da contínua evolução de nossa plataforma tecnológica.

A contratação e a gestão dos serviços de auditoria independente são realizadas de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Nos termos do Estatuto Social, é assegurado ao acionista o pagamento mínimo obrigatório de dividendos correspondente a 1% do lucro líquido, após as deduções legais e observadas as disposições estatutárias aplicáveis.

A Administração registra agradecimentos aos colaboradores pelo comprometimento e dedicação ao longo do exercício, bem como aos clientes, fornecedores e parceiros estratégicos, reiterando o reconhecimento ao acionista pelo apoio contínuo e pela confiança depositada no Banco Digo.

Barueri, 25 de março de 2026.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais mil)				
	Nota	2025		2025
Ativo			Passivo	
Disponibilidades	5	7.330	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Nota
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		2.007.113	Recursos de Instituições Financeiras.....	14
Títulos e Valores Mobiliários.....	6	2.007.113	Recursos de Clientes.....	15
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		19.553.914	Outros Passivos Financeiros.....	16
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Liquido de Provisões para Perdas Esperadas de Ativos Financeiros.....	7	295.218	Provisão para Perda Esperada	81.272
Depósitos Compulsórios e Outros Depósitos no Banco Central do Brasil.....	8	153.379	Compromissos de Empréstimos e Créditos a Liberar.....	17
Operações de Crédito, Liquido de Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9	18.717.038	Outras Provisões	582.935
Outros Ativos Financeiros.....	10	388.279	Passivos Fiscais	10.280
Imobilizado de Uso, Liquido de Depreciações	11	820	Impostos Diferidos.....	10.280
Intangíveis, Liquido de Amortizações	12	101.331	Outros Passivos	19
Impostos a Compensar		8.418	Patrimônio Líquido	20.a
Créditos Tributários	29.c	2.019.818	Capital Social.....	1.323.490
Outros Ativos	13	2.116.184	Reservas de Capital.....	20.b
Total do Ativo		25.814.928	Outros Resultados Abrangentes.....	961
			Prejuízos Acumulados.....	20.c
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	(1.544.540)
				25.814.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (Em Reais mil)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais mil)			
	Nota	2º Semestre de 2025	2025		2º Semestre de 2025	2025	
Receitas da Intermediação Financeira		1.791.581	3.493.591	Resultados do Semestre/Exercício	(117.662)	(224.418)	
Operações de Crédito.....	9.d	1.634.206	3.191.218	Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados Subsequentemente para o Resultado:			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	7.c	151.326	296.419	Variação no Valor Justo dos Ativos Financeiros	42	309	
Resultado das Aplicações Compulsórias.....		6.179	6.179	Ajuste ao Valor Justo contra o Patrimônio Líquido.....	42	309	
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		(131)	(225)	Resultado Abrangente do Semestre/Exercício	(117.620)	(224.109)	
Despesas da Intermediação Financeira		(1.309.098)	(2.521.847)				
Operações de Captações no Mercado.....	14.b	(1.309.098)	(2.521.847)				
Resultado da Intermediação Financeira		482.483	971.745				
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		(299.349)	(601.860)				
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		183.134	369.885				
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(391.270)	(771.772)				
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias.....	21	113.846	220.461				
Despesas de Pessoal.....	22	(85.923)	(171.888)				
Despesas Administrativas.....	23	(309.125)	(589.759)				
Despesas Tributárias.....	24	(36.829)	(76.013)				
Outras Receitas Operacionais.....	25	179.086	373.065				
Outras Despesas Operacionais.....	26	(308.354)	(533.349)				
Provisão Fiscal, Cível, Trabalhista e Outras.....		56.029	5.712				
Resultado Operacional		(208.136)	(401.887)				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participação de não Controladores		(208.136)	(401.887)				
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	29.b	90.474	177.469				
(Prejuízo) Líquido do Exercício		(117.662)	(224.418)				
Resultado por ação		(0,004)	(0,007)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais mil)						
	Capital Social	Capital Social (em Aprovação)	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	823.490	500.000	295.764	652	(1.001.879)	618.027
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966/21.....	-	-	-	-	(318.243)	(318.243)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	823.490	500.000	295.764	652	(1.320.122)	299.784
Prejuízo do Período.....	-	-	-	-	(224.418)	(224.418)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	309	-	309
Aumento de Capital Aprovado em 25/03/2025.....	500.000	(500.000)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.323.490	-	295.764	961	(1.544.540)	75.675
Saldos em 30 de junho de 2025	1.323.490	-	295.764	919	(1.426.878)	193.295
Prejuízo do Semestre.....	-	-	-	-	(117.662)	(117.662)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	42	-	42
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.323.490	-	295.764	961	(1.544.540)	75.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Em Reais mil)			
	Nota	2º Semestre de 2025	2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do Período	20.c	(117.662)	(224.418)
Ajustes ao Prejuízo Líquido do Período.....		147.834	194.677
- Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966/21.....		-	(318.243)
- Provisões para perdas Esperadas de Ativo Financeiro.....		299.349	601.860
- Constituição/(Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	18	(57.239)	(25.450)
- Depreciação e Amortização.....	11 e 12	15.635	32.391
- Compromissos de Créditos.....	31.b	(19.637)	81.272
- Crédito Tributário.....		(90.474)	(177.469)
- Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		201	317
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos		(1.364.049)	(1.129.553)
- Depósitos Compulsórios no Banco Central.....		(125.307)	87.254
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		(286.626)	(287.132)
- Operações de Crédito.....		(771.864)	(829.621)
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....		(131.007)	(244.960)
- Impostos a Compensar.....		(75)	(10.612)
- Impostos Diferidos.....		(5.208)	(271.651)
- Outros Ativos Financeiros.....		(58.271)	(161.200)
- Outros Ativos.....		14.308	588.369
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos		1.344.203	1.187.824
- Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....		1.301.040	1.142.087
- Impostos Diferidos.....		(8.491)	8.988
- Provisões.....		57.987	(4.116)
- Outros Passivos.....		(6.333)	35.646
- Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	29	-	5.219
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais		10.326	28.531
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aquisição) de Imobilizado de Uso.....	11	(7)	(32)
(Aquisição) de Intangível.....	12	(15.067)	(28.523)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos		(15,074)	(28.555)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos		-	-
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4,748)	(24)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....		12.279	7.671
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		201	317
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....		7.330	7.330
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4,748)	(24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Digo S.A. ("Banco Digo" ou "Banco") é uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, tendo por objeto social a realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de crédito, financiamento e investimento, bem como a participação, como sócio ou acionista, em sociedades nacionais ou estrangeiras.

Integrante da Organização Bradesco, o Banco Digo combina a solidez e a robustez de um grupo financeiro tradicional com a agilidade operacional característica de um modelo digital. Suas atividades são suportadas por plataforma tecnológica moderna, continuamente aprimorada por meio de investimentos em segurança cibernética, análise de dados e inteligência artificial, assegurando elevados padrões de confiabilidade, eficiência operacional e inovação, com foco em uma experiência simples, ágil e segura.

O Banco oferece portfólio diversificado de produtos e serviços financeiros, direcionado predominantemente a clientes pessoa física das classes B e C, incluindo cartão de crédito com gestão integral por aplicativo, conta de pagamento 100% digital, crédito pessoal contratado integralmente por canais digitais, antecipação do Saque Aniversário do FGTS, investimentos em CDB e soluções desenvolvidas para parceiros estratégicos, com destaque para a Uber Conta.

O Banco Digo atua de forma relevante no segmento de crédito consignado, com operações destinadas a trabalhadores do setor privado, aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos federais, estaduais e de autarquias, integrantes das Forças Armadas e demais convênios elegíveis, com desconto direto em folha de pagamento ou benefício. As contratações são realizadas por meio de correspondentes bancários, com expansão gradual para canais digitais, em conformidade com a regulamentação vigente.

O relacionamento com os clientes ocorre prioritariamente por canais digitais, incluindo aplicativo, *website*, *whatsapp* e redes sociais, complementados por Central de Atendimento. A distribuição dos produtos é realizada por canais digitais próprios, correspondentes bancários e parcerias estratégicas. Para a execução de seu plano de negócios, o Banco Digo mantém estrutura operacional enxuta e eficiente, sustentada por financiamento proveniente do banco controlador, assegurando adequado suporte financeiro, alinhamento estratégico e continuidade operacional.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no exercício de 2025.

O Banco optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referente ao primeiro exercício de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2026.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes, conforme apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. Nas demonstrações financeiras, a moeda de apresentação é o real.

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado o Banco utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Ativos e passivos financeiros

1) Ativos financeiros

O Banco classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

O Banco classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de resultados de negócios (RN).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual o Banco administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPI:** o objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se referem à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" quando o Banco passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado.

O Banco pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo.

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

2) Passivos financeiros

O Banco classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

O Banco não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

3) Baixas

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. O Banco efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

4) Renegociação e reestruturação

Os ativos financeiros renegociados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanci

...continuação

digo

Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Avaliação

A avaliação da perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseia-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito do grupo Bradesco.

Consideram-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

• **Probabilidade de se caracterizar com problema de recuperação de crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.

• **Expectativa de recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Apesar da expectativa de recuperação, o Banco Bradesco observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos. As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

d) Juros

Segundo as diretrizes do Banco Bradesco, o Banco utiliza a metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB nº 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente o Banco optou para alguns componentes na utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

e) Imobilizado de uso

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Banco Digo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações.....	10 anos
Máquinas e equipamentos.....	10 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações.....	5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentadas na Nota 11.

f) Intangível

O ativo intangível corresponde a direitos adquiridos que tenham por objetos bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco Digo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 12.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal e adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais - Créditos Tributários", e a provisão para obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Passivos Fiscais - Passivos tributários correntes e Obrigações fiscais diferidas".

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Para as instituições financeiras, a CSLL é calculada pela alíquota de 20%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos e a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 29.

I. Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de

Modalidade e níveis de risco - conforme regulamentação anterior	Níveis de risco									Total da carteira em 31 de dezembro de 2024
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Total da carteira em 31 de dezembro de 2024.....	7.866.009	6.360.195	2.279.393	205.426	148.643	121.476	89.919	78.840	537.673	17.687.574
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 31/12/2024.....	-	37.196	68.153	20.522	44.582	60.729	62.932	78.579	537.673	910.366

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

Modalidade e níveis de risco - Conforme regulamentação anterior	Níveis de risco			Total da carteira em 1º de janeiro de 2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Total da carteira em 1º de janeiro de 2025.....	15.392.127	1.401.320	894.127	17.687.574
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025.....	602.257	102.974	687.225	1.392.456
Provisão para compromissos de crédito.....	90.197	4.664	7.632	102.493
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025.....	692.454	107.638	694.857	1.494.949

b) Uso de estimativas e julgamentos contábeis significativos

Exceto pela mensuração da Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito, as estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento dos instrumentos financeiros.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão, tais como:

- Determinar critérios para classificação dos instrumentos financeiros;
- Agrupar instrumentos financeiros com perfil de riscos semelhantes;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

5) DISPONIBILIDADES

Disponibilidade em moeda nacional	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	2024
Disponibilidade em moeda nacional.....	6.915	6.915
Disponibilidade em moeda estrangeira (1).....	415	415
Total.....	7.330	7.330

(1) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Composição e Prazos

	R\$ mil				
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo amortizado	Ganhos/Perdas não realizados
Letras financeiras do tesouro.....	601.124	185.860	1.220.129	2.007.113	(14)
Saldo em 31/12/2025.....	601.124	185.860	1.220.129	2.007.113	(14)

b) Receitas com títulos e valores mobiliários

Receitas de títulos e valores mobiliários:	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Letras financeiras do tesouro.....	139.191	252.394
Total em 31/12/2025.....	139.191	252.394

b) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Estágio 1	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Física:				
Empréstimos.....	15.390.918	(334.587)	(115.448)	17.277.708
Crédito pessoal.....	13.758.210	(299.287)	(85.979)	15.871.922
Outros créditos.....	1.632.709	(35.300)	(29.469)	1.405.787
Financiamentos.....	-	-	-	1.396
Financiamentos.....	-	-	-	1.396
Total.....	15.390.918	(334.587)	(115.448)	17.279.104
Estágio 2				
Pessoa Física:				
Empréstimos.....	1.401.320	(179.206)	(28.867)	1.887.824
Crédito pessoal.....	1.277.118	(170.206)	(26.367)	1.783.484
Outros créditos.....	124.202	(9.000)	(2.500)	104.340
Financiamentos.....	-	-	-	150
Financiamentos.....	-	-	-	150
Total.....	1.401.320	(179.206)	(28.867)	1.887.974
Estágio 3				
Pessoa Física:				
Empréstimos.....	894.127	(15.398)	(4.658)	874.071
Crédito pessoal.....	358.801	(30)	(9)	400.101
Outros créditos.....	535.326	(15.369)	(4.649)	446.065
Financiamentos.....	-	-	-	-
Financiamentos.....	-	-	-	-
Total.....	894.127	(15.398)	(4.658)	874.071

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentada na Nota 18.

j) Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que se referem a despesas relativas à competência futura, estas despesas são apropriadas mensalmente com base no princípio da competência.

k) Depósitos, captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

A composição das operações está apresentada na Nota 14.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

A composição de Outros ativos e passivos estão apresentados nas Notas 13 e 19, respectivamente.

m) Resultado recorrente e não recorrente

Para classificação de resultado entre recorrente e não recorrente, o Banco Digo considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades do Banco.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios futuros.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na Nota 33.a.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 33.b e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

4) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que exceda o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme regulamentação anterior:

7) ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2025					
a) Composição e prazos	61 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo amortizado	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizados (1)
Aplicações no mercado aberto:						
Operações compromissadas						
Posição bancada.....	289.999	-	-	289.999	289.999	-
Subtotal						
Aplicações de depósitos interfinanceiros:						
Aplicações de depósitos interfinanceiros.....	-	2.912	2.307	5.219	5.339	120
Subtotal						
Total.....	289.999	2.912	2.307	295.218	295.338	120

7) ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Composição e prazos

Modalidade	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	61 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo amortizado	Ganhos/Perdas não realizados (1)
Operações compromissadas					
Posição bancada.....	289.999	-	-	289.999	289.999
Subtotal					
Aplicações de depósitos interfinanceiros:					
Aplicações de depósitos interfinanceiros.....	-	2.912	2.307	5.219	5.339
Subtotal					
Total.....	289.999	2.912	2.307	295.218	295.338

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente

b) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado

Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Novos ativos originados, adquiridos/liquidados ou pagos.....	13	-	-	13
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025.....	13	-	-	13

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada de Ativos Financeiros" na Demonstração do Resultado.

c) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Receitas de aplicações em operações compromissadas:	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Posição bancada.....	11.716	28.572
Receitas de aplicações em depósitos interfinanceiros:		
Receitas de aplicações em depósitos interfinanceiros.....	420	15.453
Total em 31/12/2025.....	12.135	44.025

8) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Créditos vinculados e outros depósitos

Conta de pagamento instantâneo	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Remuneração	2025
Conta de pagamento instantâneo.....	CDI	153.379
Total.....		153.379

b) Composição



Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados/ (Liquidados)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Consolidado - 3 estágios				
Pessoa Física:				
Empréstimos.....	17.686.365	2.999.947	(674.614)	20.011.698
Crédito pessoal.....	15.394.129	3.034.932	(373.554)	18.055.507
Outros créditos.....	2.292.236	(34.985)	(301.060)	1.956.191
Financiamentos.....	-	1.546	-	1.546
Financiamentos.....	-	1.546	-	1.546
Total.....	17.686.365	3.001.493	(674.614)	20.013.244

c) Reconciliação de perdas esperadas de operações de crédito

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transfe-rência para Estágio 2	Transfe-rência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Estágio 1								
Pessoa Física:								
Empréstimos.....	602.257	(16.030)	(16.817)	7.855	12.398	(47.672)	-	541.990
Crédito pessoal.....	523.710	(14.332)	(15.400)	5.936	1	(19.827)	-	480.089
Outros créditos.....	78.547	(1.698)	(1.418)	1.919	12.396	(27.845)	-	61.901
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	5	-	5
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	5	-	5
Total.....	602.257	(16.030)	(16.817)	7.855	12.398	(47.672)	-	541.995

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transfe-rência para Estágio 1	Transfe-rência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Estágio 2								
Pessoa Física:								
Empréstimos.....	102.973	(7.855)	(10.614)	16.030	3.751	22.930	-	127.216
Crédito pessoal.....	76.489	(5.936)	(10.081)	14.332	1	22.337	-	97.142
Outros créditos.....	26.485	(1.919)	(533)	1.698	3.750	594	-	30.074
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	1	-	1
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	1	-	1
Total.....	102.973	(7.855)	(10.614)	16.030	3.751	22.932	-	127.217

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transfe-rência para Estágio 1	Transfe-rência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição/ (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Estágio 3								
Pessoa Física:								
Empréstimos.....	687.225	(12.398)	(3.751)	16.817	10.614	603.101	(674.614)	626.994
Crédito pessoal.....	255.433	(1)	(1)	15.400	10.081	396.763	(373.554)	304.119
Outros créditos.....	431.792	(12.396)	(3.750)	1.418	533	206.338	(301.060)	322.875
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Total.....	687.225	(12.398)	(3.751)	16.817	10.614	603.101	(674.614)	626.994

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição/ (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Consolidado - 3 estágios				
Pessoa Física:				
Empréstimos.....	1.392.455	578.359	(674.614)	1.296.200
Crédito pessoal.....	855.631	399.273	(373.554)	881.350
Outros créditos.....	536.824	179.086	(301.060)	414.851
Financiamentos.....	-	6	-	6
Financiamentos.....	-	6	-	6
Total.....	1.392.455	578.365	(674.614)	1.296.206

d) Receita de operações de crédito

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Rendas de empréstimos.....	1.563.786	3.075.696
Rendas de financiamentos.....	3	3
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	70.417	115.519
Total.....	1.634.206	3.191.218

No exercício findo em 31 de dezembro 2025 não foi realizada cessão de carteira de crédito.

e) Operações de crédito renegociadas e reestruturadas

No total de operações com perda esperada associada ao risco de crédito estão incluídas as renegociações e reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	2025
Saldo inicial do exercício.....	1.364.039	1.364.039
Renegociações e reestruturações (1).....	569.144	569.144
Recebimentos (2).....	(169.771)	(169.771)
Baixas.....	(470.323)	(470.323)
Total.....	1.293.089	1.293.089

(1) O Banco optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições à utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso de taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, desta forma os procedimentos contábeis para tratamento das operações reestruturadas é o mesmo das operações renegociadas; e (2) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que a operação de crédito é modificada, a Administração considera as condições da nova operação e o vencimento renegociados ou reestruturados, e não mais o considera vencido. A partir da data de modificação, os juros renegociados ou reestruturados começam a acumular, utilizando o método de taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir deste ponto. Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a operações de crédito a clientes renegociados ou reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos são reconhecidos apenas quando recebidos.

10) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	2025
Devedores por depósito em garantia.....	388.132	388.132
Outros.....	147	147
Total.....	388.279	388.279

11) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações.....	937	(659)	278
Móveis e equipamentos.....	1.311	(1.142)	169
Sistemas de processamento de dados.....	1.489	(1.116)	373
Total.....	3.737	(2.917)	820

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	Adições	Depreciação	2025
Instalações.....	415	-	(137)	278
Móveis e equipamentos.....	214	3	(48)	169
Sistemas de processamento de dados.....	570	29	(226)	373
Total.....	1.199	32	(411)	820

12) INTANGÍVEL

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2025			
	Taxas de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares.....	Contrato	37.676	(32.576)	5.100
Direitos de exclusividade (1).....	-	1.942	(1.910)	32
Projetos corporativos(2).....	Até 10%	203.282	(107.083)	96.199
Total.....	-	242.900	(141.569)	101.331

(1) O prazo de amortização é determinado pelo período de contrato; e (2) Refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas internos.

A movimentação do intangível, está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	Adições	Amortização	2025
Softwares.....	3.518	3.625	(2.043)	5.100
Direitos de Exclusividade (1).....	247	-	(215)	32
Projetos corporativos (2).....	101.023	24.898	(29.722)	96.199
Total.....	104.787	28.523	(31.980)	101.331

(1) O prazo de amortização é determinado pelo período de contrato; e (2) Refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas internos.

13) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	2025
Relações Interfinanceiras(1).....	2.085.357	2.085.357
Despesa antecipada.....	15.316	15.316
Devedores diversos.....	7.271	7.271
Adiantamentos e antecipações salariais.....	7.200	7.200
Material em estoque.....	908	908
Serviços prestados a receber.....	21	21
Outros.....	110	110
Total.....	2.116.184	2.116.184

(1) Refere-se substancialmente, a valores a receber cedidos de transações de pagamento.

14) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2025
Depósitos interfinanceiros (Nota 27).....	1.742.917	5.234.027	3.254.491	12.536.051	22.767.486
Total.....	1.742.917	5.234.027	3.254.491	12.536.051	22.767.486
%.....	8%	23%	14%	55%	100%

b) Despesas com captações

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025
Despesas com depósitos interfinanceiros.....	(1.306.638)	(2.515.463)
Despesas com depósitos a prazo.....	(1.595)	(2.638)
Despesas operações compromissadas.....	(865)	(3.746)
Total.....	(1.309.098)	(2.521.847)

15) RECURSOS DE CLIENTES

	R\$ mil		
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósito à vista - Clientes (1).....	587.095	-	587.095
Depósito a prazo.....	-	27.003	27.003
Saldos credores em contas de empréstimos (2).....	55.678	-	55.678
Total.....	642.773	27.003	669.776

(1) Referem-se a depósitos de contas de pagamento digitais; e (2) Saldos credores de clientes, informados no Sistema de valores a receber (SVR) no Banco Central do Brasil.

16) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	2025
Relações interfinanceiras (1).....	1.450.589	1.450.589
Total.....	1.450.589	1.450.589

(1) Valores a repassar a integrantes de arranjo de pagamento relacionados ao cartão de crédito.

17) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	2025
Provisão para contingências (Nota 18).....	417.384	417.384
Recursos de terceiros.....	101.211	101.211
Outras (1).....	64.340	64.340
Total.....	582.935	582.935

(1) Inclui basicamente provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

18) PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco Digo é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a) Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica do Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b) Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos morais e materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, procedência da reclamação, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c) Provisões fiscais

O Banco Digo é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

d) Provisões segregadas por natureza

O Banco Digo é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2025			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Cíveis.....	375.549	-	-	375.549
Trabalhistas.....	40.039	40.039	-	80.078
Tributárias.....	1.795	-	-	1.795
Total.....	417.384	40.039	-	457.423

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representada no quadro abaixo:

	R\$ mil			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025.....	374.480	67.401	953	442.834
Constituições líquidas de (reversão) e baixas.....	(42.732)	(35.000)	742	(76.990)
Pagamentos.....	(9.976)	(265)	-	(10.241)
Atualização monetária.....	53.777	7903	101	61.781
Saldo em 31 de dezembro de 2025.....	375.549	40.039	1.796	417.384

Passivos contingentes - Risco de perda possível

O Banco Digo mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível e remoto não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 500.635 compõe os processos de natureza cível, trabalhista e fiscal classificados com base na expectativa de perda

continuação

digo

Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7ª Andar - Alphaville - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Sistema financeiro - Correspondente no país (1).....	(89.851)	(185.118)
Serviços de terceiros (2).....	(91.734)	(152.178)
Processamento de dados (3).....	(64.522)	(129.709)
Honorários.....	(25.866)	(49.391)
Depreciações e amortizações.....	(15.635)	(32.391)
Materiais.....	(3.957)	(8.957)
Comunicações.....	(4.373)	(7.889)
Outras.....	(4.470)	(7.885)
Propaganda e publicação.....	(2.929)	(4.826)
Aluguéis.....	(2.641)	(4.657)
Transportes.....	(1.333)	(2.770)
Sistema financeiro.....	(794)	(2.230)
Viagens.....	(1.022)	(1.756)
Total.....	(309.125)	(589.759)

(1) Refere-se a comissões pagas a correspondentes bancários para originação e manutenção das operações de crédito;
 (2) Refere-se substancialmente a pagamento de comissão e despesas com serviço de call center, tecnologia e consultorias; e
 (3) Em sua maioria, está relacionado a despesas com manutenção de softwares.

24) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Contribuição à Cofins.....	(27.893)	(57.719)
Contribuição ao PIS/PASEP.....	(4.544)	(9.411)
Impostos sobre serviços - ISS.....	(3.401)	(6.447)
Outros impostos e taxas.....	(666)	(1.791)
IOF.....	(325)	(645)
Total.....	(36.829)	(76.013)

25) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Antecipação de recebíveis.....	142.317	305.880
Outras receitas operacionais (1).....	31.858	57.131
Ressarcimento de custos (2).....	4.710	9.736
Varição cambial.....	201	318
Total.....	179.086	373.065

(1) Refere-se, substancialmente, a ressarcimento operacional de contratos; e
 (2) Ressarcimento de custos operacionais de contratos de portabilidade.

26) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Indenizações e custas judiciais.....	(222.628)	(399.178)
Descontos concedidos em renegociações (1).....	(45.436)	(71.457)
Fee de bandeiras.....	(10.540)	(20.986)
Despesas juros sobre conta pagamento (2).....	(10.566)	(19.783)
Outras.....	(17.379)	(16.404)
Centro administrativo compartilhado (Nota 27).....	(1.805)	(5.541)
Total.....	(308.354)	(533.349)

(1) Ação de cobrança a fim de mitigar o aumento de PLC (perdas líquidas de crédito) impulsionado pelos feirões de crédito; e
 (2) Remuneração da conta digital.

27) PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pelo Banco com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Kartra Participações Ltda) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária, tais como: Alelo S.A., Livelo S.A., Elo Participações Ltda., Elo Serviços S.A., Banco Bradescard S.A., Cielo S.A., Bradesco Saúde S.A., Odontoprev S.A. e o Bradesco Vida e Previdência S.A.

O Banco na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do Banco Bradesco, bem como as movimentações relativas ao 2º semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025:

	R\$ mil		
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Receitas/ (Despesas)
	31/12/2025	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.093	-	-
Banco Bradesco S.A.	1.093	-	-
Aplicações em operações compromissadas.....	289.999	11.548	28.404
Banco Bradesco S.A.	289.999	11.548	28.404
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	2.307	217	560
Banco Bradesco S.A.	2.307	217	560
Transações de pagamento - Valores a receber adquiridos.....	243.847	-	-
Banco Bradesco S.A.	243.847	-	-
Captação em depósitos interfinanceiros (Nota 14):.....	(22.687.353)	(1.289.284)	(2.471.858)
Banco Bradesco S.A.	(22.687.353)	(1.289.284)	(2.471.858)
Outros depósitos.....	(79)	66	169
Livelo S.A.	(79)	66	169
Transações de pagamento.....	(197.957)	-	-
Cielo S.A.	(197.957)	-	-
Obrigações por operações compromissadas:.....	(865)	(865)	(3.746)
Banco Bradesco S.A.	-	(865)	(3.746)
Valores a pagar (Nota 19):.....	(8.571)	-	-
Banco Bradescard S.A.	(8.391)	-	-
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(180)	-	-
Sistema financeiro - Correspondente no país:.....	-	-	(12.497)
Alelo S.A.	-	-	(12.497)
Serviços do sistema financeiro:.....	-	(5.004)	(9.136)
Banco Bradesco S.A.	-	(5.004)	(9.136)
Receitas sobre antecipação de recebíveis.....	-	1.191	2.564
Cielo S.A.	-	1.191	2.564
Serviços administrativos (Nota 26).....	-	(2.742)	(8.212)
Elo Participações Ltda.	-	(1.805)	(5.541)
Livelo S.A.	-	(937)	(2.671)
Despesas de pessoal.....	-	(6.890)	(14.724)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	(777)	(2.550)
Odontoprev S.A.	-	(67)	(200)
Bradesco Saúde S.A.	-	(6.046)	(11.974)
Despesas de processamento de cartão.....	-	(520)	(1.454)
Banco Bradescard S.A.	-	(205)	(681)
Elo Serviços S.A.	-	(314)	(773)
Despesas com serviços associação a transações de pagamentos.....	-	(1.935)	(2.446)
Elo Serviços S.A.	-	(1.935)	(2.446)

28) REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O montante global anual da remuneração dos Administradores é definido anualmente na Assembleia Geral Ordinária e fixado conforme determina o Estatuto Social.

Os honorários dos Administradores em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 688, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas de pessoal".

Aos empregados é concedida uma gratificação com base nas metas do Banco Digo definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas do Banco Digo.

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para gratificação aos empregados, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 27.082, apropriada ao resultado na rubrica "Despesas de pessoal".

O Banco Digo dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida do Banco Digo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está contabilizada na rubrica "Despesa de pessoal" e totalizaram R\$ 3.090.

a) Outras informações

Conforme determina a Resolução nº 4.693, as operações com partes relacionadas, são realizadas em condições compatíveis com as transações efetuadas com terceiros no que tange a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram realizadas operações de crédito ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

29) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, deduzidas as participações estatutárias no lucro.....	(208.136)	(401.887)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(93.661)	(180.849)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e garantias prestadas.....	(25.213)	(11.529)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	194.119	194.119
Ativo fiscal diferido.....	(90.474)	(177.469)
Obrigações fiscais diferidas.....	(5.304)	(9.048)
Participação nos lucros + Funcionários.....	6.875	3.827
Provisão para despesas de pessoal e administrativas.....	(690)	9
Incentivos fiscais.....	(34)	80
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	3.316	3.365
Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício.....	(90.474)	(177.469)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	-	-
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre sobre adições temporárias (1).....	(90.474)	(177.469)
Total dos impostos diferidos.....	(90.474)	(177.469)
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(90.474)	(177.469)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social.

c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em - R\$ mil			
	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ..	1.564.106	278.110	(120.712)	1.721.505
Provisões fiscais.....	429	808	(429)	808
Provisões cíveis.....	168.516	9.131	(8.650)	168.997
Provisões Trabalhistas.....	30.330	703	(13.016)	18.017
Outros valores.....	13.666	14.004	(10.326)	17.344
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	1.777.047	302.757	(153.133)	1.926.672
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	-	-	-	93.148
Total dos créditos tributários.....	1.870.195	302.757	(153.133)	2.019.818
Obrigações fiscais diferidas (Nota 29e).....	(1.005)	8.869	(287)	(10.161)
Outros Valores.....	-	2.681	-	(2.681)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	1.869.190	291.206	(114.710)	2.006.976

A DIRETORIA

Carlos Giovane Neves
Diretor-Presidente

André Gonçalves da Silva Fonseca
Diretor

Douglas Paz de Lima
Contador - CRC ISP201688/O-0

continua...

...continuação

Banco Digio S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - Barueri - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores do

Banco Digio S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Digio S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Digio S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulho, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



VOTORANTIM cimentos

Demonstrações Financeiras 2025

Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ/ME nº 01.637.895/0001-32

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Resultados 2025 da Votorantim Cimentos

A Votorantim Cimentos encerrou 2025 com mais um ano de sólida entrega operacional e financeira, registrando crescimentos consistentes e consecutivos nos últimos anos. Essa performance reflete a diligência da condução de seu mandato estratégico, diversificado em geografias e produtos, somada à alocação de capital com execução cautelosa. Mesmo em um ambiente marcado por volatilidade macroeconômica, a Companhia seguiu com seu plano de investimentos e aquisições, preservando sua disciplina financeira, com um perfil de dívida equilibrado e baixa concentração de vencimentos no curto prazo. Na agenda climática, a Companhia enfrentou desafios que impactaram o seu desempenho em descarbonização em 2025, mas manteve seu compromisso com as mudanças climáticas por meio de diversos investimentos e iniciativas realizadas no período, somados em R\$ 0,5 bilhão.

Volume de Cimento +5% vs. 2024	Receita Líquida +9% ML ¹ vs. 2024	Margem EBITDA 24% estável vs. 2024
EBITDA Ajustado +7% ML ¹ vs. 2024	CAPEX +14% vs. 2024	Alavancagem 1,63x vs. 1,66x em 2024

Destakes

- Aumento de volumes e preços, sustentando a expansão da receita líquida e do EBITDA ajustado.
- Disciplina financeira consistente, alavancagem em 1,63x e diversas iniciativas de gestão estratégica de passivos em 2025, corroboradas pela reafirmação do grau de investimento da Companhia.
- Aumento de 14% em CAPEX, totalizando R\$ 3,7 bilhões, com foco em competitividade estrutural, expansão de capacidade, descarbonização e novos negócios.
- Conclusão dos investimentos na Tunísia e no Marrocos buscando equilíbrio entre operações em países maduros e emergentes.

Destakes Financeiros

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024
Volume de vendas de cimento (m tons)	37,0	35,4	5%
Receita líquida	29.416	26.565	11%
CPV	(23.259)	(20.693)	12%
SG&A	(2.736)	(2.522)	8%
Despesa com vendas	(1.090)	(1.013)	8%
Despesas gerais e administrativas	(1.646)	(1.509)	9%
Outros resultados operacionais	560	(680)	
Lucro líquido do período	3.178	1.074	196%
Depreciação	(2.857)	(2.362)	21%
EBITDA ajustado	7.003	6.474	8%
Margem EBITDA	24%	24%	0 p.p.

1. Receita Líquida e EBITDA Ajustado

1.1 Consolidado³

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024	2025 vs 2024 ML ¹
Receita Líquida	29.416	26.565	11%	9%
EBITDA Ajustado	7.003	6.474	8%	7%
Margem EBITDA (%)	24%	24%	0 p.p.	-

A receita líquida consolidada no ano de 2025 foi de R\$ 29,5 bilhões, um avanço de 9%, desconsiderando o efeito de variação cambial, em comparação com 2024. O resultado reflete uma dinâmica favorável impulsionada pelo volume e preço no portfólio consolidado da Companhia.

O EBITDA ajustado consolidado totalizou R\$ 7,0 bilhões, representando um aumento de 7%, também excluindo o efeito de variação cambial em relação ao ano de 2024 e margem EBITDA ajustada de 24%. Esse resultado reflete o aumento de receita líquida, mesmo diante de um ano marcado por cenário macroeconômico incerto – evidenciando a resiliência e a eficiência operacional da Companhia que apresenta avanços consistentes e consecutivos nos últimos anos.

1.2. Brasil (VCRB)

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024
Receita Líquida	14.516	12.885	13%
EBITDA Ajustado	2.829	2.628	8%

As projeções do mercado para 2025 estimadas no final de 2024 eram de um crescimento mais modesto em torno de 1% para a demanda de cimento no país. O setor encerrou o ano com alta de 3,7%, superando a expectativa inicial. Este cenário, combinado com a execução disciplinada do plano de investimentos no país, detalhadas no item 5 deste documento, para aumentar capacidade de cimento e o portfólio de novos negócios, permitiu que a Companhia avançasse ao longo do ano, encerrando o ciclo de forma mais robusta para navegar em cenários de risco e capturar as oportunidades do próximo período.

Deste modo, a receita líquida da VCRB apresentou crescimento de 13% em 2025 comparado com 2024, impulsionado principalmente por maiores volumes e preços.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 2,8 bilhões no ano de 2025, um crescimento de 8% em relação a 2024, explicada principalmente pelo aumento de receita líquida, parcialmente compensado pelo aumento de custos, mantendo margens relativamente estáveis.

O setor de cimento no Brasil, segundo os dados preliminares do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), registrou um avanço de 3,7% em 2025 em relação a 2024. O resultado esteve em linha com as projeções do SNIC, sustentado pelo programa Minha Casa, Minha Vida e pelo avanço na infraestrutura, fortalecendo o pavimento de concreto como solução estratégica e sustentável. O ano de 2025 foi marcado por um cenário macroeconômico adverso – Selic mantida em patamar elevado (15%), desaceleração do PIB ao longo do ano e agravado pelo alto endividamento e inadimplência recorde. Apesar de todas as dificuldades, o setor demonstrou resiliência, com demanda proveniente do setor habitacional e de investimentos em infraestrutura.

Para 2026, as projeções do SNIC apontam expansão moderada da demanda, condicionada à efetivação de programas voltados para habitação, saneamento e logística, em um ambiente ainda permeado por incertezas fiscais e juros elevados e expiração dos recursos do IIA em 2026, que impactam negativamente o setor de construção e, consequentemente, a demanda por cimento.

1.2. América do Norte (VCNA)

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024	2025 vs 2024 ML ¹
Receita Líquida	8.642	8.185	6%	4%
EBITDA Ajustado	2.277	2.299	(1%)	1%

O ano de 2025 foi repleto de sentimento de incertezas e volatilidades no ambiente político-econômico, mas a robustez e disciplina financeira permitiu que a Companhia seguisse firme com sua estratégia de alocação de capital, investindo orgânica e inorganicamente para fortalecer as operações da região, como a aquisição de negócios em agregados e concreto anunciada no 27S.

Desta forma, a receita líquida da VCNA totalizou R\$ 8,6 bilhões no ano, um avanço de 4% em relação a 2024, excluindo a variação cambial, resultante de melhoria em preços e captura de resultado da aquisição realizada em 2025. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 2,3 bilhões, crescimento de 1%, excluindo a variação cambial. Apesar de um ambiente desafiador de mercado, a Companhia entregou um resultado sólido.

De acordo com o último relatório da American Cement Association (ACA), publicado em outubro, o consumo de cimento nos Estados Unidos deve continuar em queda, com uma retração projetada de 4,2% em 2025, marcando o quarto ano consecutivo de declínio. Essa redução é atribuída a uma política monetária restritiva, à fraqueza na construção privada e ao fim do suporte público proveniente do *Infrastructure Investment and Jobs Act* (IIJA). A ACA não prevê recuperação no consumo de cimento antes de 2027, quando se espera uma retomada gradual impulsionada pela recuperação da construção residencial e maior estabilidade econômica. O cenário reflete desafios econômicos como a desaceleração do mercado de trabalho, baixa acessibilidade habitacional e a expiração dos recursos do IIA em 2026, que impactam negativamente o setor de construção e, consequentemente, a demanda por cimento.

1.3 Europa e Ásia (VCEA)⁴

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024	2025 vs 2024 ML ¹
Receita Líquida	4.507	3.883	16%	8%
EBITDA Ajustado	1.500	1.087	38%	29%

Foram concluídos os desinvestimentos na Tunísia e no Marrocos ao longo de 2025, o que reforça a estratégia de posicionamento geográfico da Companhia para realocar a presença entre mercados emergentes e maduros. A performance da região reflete os ganhos de maior eficiência operacional na Espanha pela conclusão da captura de sinergias das operações realizadas nos últimos anos, além da retomada do mercado da Turquia. Também avanços em investimentos em ambos os países com foco em novos negócios, descarbonização e retomada de capacidade operacional.

Assim, a receita líquida da VCEA totalizou R\$ 4,5 bilhões, um aumento de 8% em 2025 em comparação a 2024, excluindo variação cambial, explicado principalmente pelo aumento de volumes e preços.

O EBITDA ajustado da região foi de R\$ 1,5 bilhão, um aumento de 29% em moeda local em comparação com 2024. A melhoria decorre de uma maior receita líquida, redução de custos e conclusão da captura de sinergias das operações realizadas nos últimos anos na Espanha, que resultaram em avanços de margens.

De acordo com o último relatório da Oficemen, o mercado espanhol de cimento mantém uma trajetória de expansão sólida, com crescimento de 11,3% em 2025 em comparação a 2024, alcançando 16,6 milhões de toneladas consumidas no acumulado do ano. Impulsionado pela recuperação da construção civil e pela forte demanda interna, o setor registra seu melhor desempenho desde 2010. No entanto, esse dinamismo doméstico contrasta com o cenário externo: as exportações continuaram caindo e registraram em janeiro de 2026 uma queda de 11,4%, as importações seguem em níveis historicamente elevados, especialmente no clínquer. Esse movimento evidencia tanto a vitalidade da atividade interna quanto os desafios regulatórios que se aproximam, com a entrada em vigor, em 2026, do Mecanismo de Ajuste em Fronteira por Carbono (CBAM), que deverá redefinir a competitividade internacional da indústria.

De acordo com os dados mais recentes da TürkÇimento publicados em setembro, o setor de cimento na Turquia apresentou expansão consistente em 2025: a produção cresceu 7,5% entre janeiro e setembro, com as vendas internas avançando 6,3% e as exportações aumentando 13,7% em relação ao mesmo período de 2024. Apesar do setor enfrentar desafios de inflação alta, competitividade externas e custos energéticos, o desempenho reflete a força da demanda doméstica e a relevância do país como exportador competitivo no mercado global.

Fontes: <https://www.oficemen.com/>; <https://www.turkcement.org.tr/en>

1.4. América Latina (VCLatam)

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024	2025 vs 2024 ML ¹
Receita Líquida	1.157	903	28%	25%
EBITDA Ajustado	251	158	59%	59%

Em 2025, a América Latina viveu um ambiente político complexo com reflexos na economia local e o Uruguai com desaceleração econômica. Neste cenário, a robustez do posicionamento econômico desses países permitiu que a Companhia tivesse vantagens operacionais e que colaborou com a performance positiva no ano. Ainda em 2025, iniciamos a produção de calceirão orgânico na Bolívia, conforme anunciado no ano anterior.

A receita líquida da VCLatam avançou 25% em 2025 em comparação ao mesmo período de 2024, em moeda local, decorrente de melhor dinâmica de mercado – aumento de preços e volumes – em ambos os países, mesmo em cenário macroeconômico desafiador.

A região finalizou o período de 2025 com R\$ 251 milhões no EBITDA ajustado, 56% maior que 2024, excluindo o efeito de variação cambial. O aumento de margem e de maiores preços e ganho de eficiência. O avanço em 2025 teria sido maior se desconsiderássemos o item não recorrente que impactou positivamente o período anterior.

Em 2025, o mercado de cimento no Uruguai apresentou crescimento moderado, sustentado pela atividade da construção residencial, comercial e obras públicas. Esse desempenho reflete um ambiente regulatório favorável e a continuidade dos projetos de habitação e infraestrutura, consolidando o setor como um dos pilares da indústria da construção no país.

De acordo com o último relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE), o mercado de cimento na Bolívia registrou uma retração em 2025 ao comparar com 2024. As vendas totais caíram de 4,1 milhões toneladas para 3,95 milhões de toneladas, o que representa uma redução de 3,65%. Ainda assim, o volume permanece próximo ao patamar de 4 milhões de toneladas, indicando resiliência do setor frente às pressões econômicas.

Fonte: <https://www.cemnet.com/>; <https://www.ine.gov.bo/>.

2. Custo dos produtos vendidos, serviços prestados, despesas com vendas e administrativas

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024
CPV	(23.259)	(20.693)	12%
SG&A	(2.736)	(2.522)	8%
Despesas com vendas	(1.090)	(1.013)	8%
Despesas gerais e administrativas	(1.646)	(1.509)	9%

O custo consolidado de produtos vendidos e serviços prestados (CPV) cresceu 12% em comparação ao mesmo período de 2024, refletindo principalmente o maior nível de atividade operacional, aumento dos custos de insumos e materiais utilizados na produção, além de maior manutenção e variação cambial.

As despesas com vendas consolidadas totalizaram R\$ 1,1 bilhão em 2025, um avanço de 8% em relação a 2024, acompanhando o maior dinamismo operacional ao longo do período. Já as despesas gerais e administrativas, apresentaram um aumento de 9% comparando 2025 com 2024, totalizando R\$ 1,6 bilhão, principalmente em função de investimentos voltados à tecnologia da informação, segurança cibernética, além dos efeitos de inflação e de variação cambial.

3. Lucro líquido

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024
EBITDA Ajustado	7.003	6.474	8%
Depreciação	(2.857)	(2.362)	21%
Equivalência patrimonial	81	157	(48%)
Resultado financeiro líq.	(1.530)	(1.427)	7%
Imposto de renda e contribuição social	(247)	(545)	(55%)
Outros	(165)	(348)	(53%)

Acordo celebrado com o CADE - (1.093) -

Lucro líquido das operações continuadas - 2.285 - 856 - 167%

Lucro líquido das operações descontinuadas - 893 - 218 - 310%

Lucro líquido do período - 3.178 - 1.074 - 196%

O lucro líquido ajustado foi de R\$ 3,2 bilhões em 2025, um aumento de 196% em relação ao lucro líquido de 2024. Desconsiderando o item não recorrente registrado no ano anterior e em bases equalizadas, teríamos um incremento de 17% comparando entre os anos, advindo principalmente pelo avanço operacional.

A depreciação no ano apresentou incremento de 21%, devido principalmente ao aumento da base de ativos, reforçando o plano de investimento da Companhia, e da revisão da vida útil dos ativos imobilizados.

O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 1,5 bilhões, um aumento de 7% em comparação ao 2024, explicado principalmente pelo aumento do CDI.

A despesa com imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 247 milhões em 2025, uma redução em relação aos R\$ 545 milhões de 2024. Essa variação se deve ao aumento da base de ativo fiscal diferido, ao reconhecimento do crédito de IR pago no exterior e outros créditos fiscais, todos gerados em períodos anteriores.

4. Fluxo de Caixa Líquido⁵

R\$ Milhão	2025	2024	2025 vs 2024
EBITDA Ajustado	7.003	6.474	8%
Capital de giro/outros	(720)	(410)	78%
Acordo celebrado com o CADE	-	(1.093)	-
Impostos	(618)	(229)	208%
CAPEX	(3.697)	(3.235)	14%

Fluxo de Caixa Operacional - 1.968 - 1.507 - 31%

Investimento/Desinvestimento - 1.959 - (54) -

Resultado financeiro - (1.249) - (1.055) - 18%

Efeito de câmbio no caixa - (117) - 525 -

Fluxo de Caixa Livre ao acionista - 2.561 - 923 - 177%

Dividendos para acionista minoritário - (260) - (110) - 136%

Dividendos para acionista majoritário - (3.019) - (959) - 215%

Fluxo de Caixa Livre - (718) - (146) - 392%

O Fluxo de Caixa Operacional (FCO) apresentou um aumento de 31% em 2025 em relação ao mesmo período de 2024. Excluindo o item não recorrente que impactou o período anterior, o FCO teria apresentado uma queda de 24%, explicado principalmente pelo aumento em CAPEX, reflexo do plano robusto de investimentos.

O Fluxo de Caixa Livre (FCL) foi impactado majoritariamente pelo efeito de variação cambial, considerando os câmbios de fechamento em cada período. Também ao longo de 2025, a Companhia realizou aquisições, já mencionadas, que impactaram negativamente a linha de investimentos, além da conclusão dos desinvestimentos no Marrocos e na África. Ainda durante o período, foram realizados pagamentos de dividendos extraordinários no montante total de R\$ 1,8 bilhão decorrentes da venda dos ativos da Tunísia e do Marrocos, o que impactou diretamente a linha de dividendos atribuída aos acionistas majoritários. A Companhia também efetuou o pagamento de dividendos ordinários à Votorantim S.A., totalizando R\$ 1,2 bilhão, inclusive perante o exercício anterior devido à melhoria de resultados da Votorantim Cimentos.

Apesar de um FCL negativo no período, as decisões estratégicas de alocação de capital são tomadas de forma criteriosa e cautelosa, em linha com disciplina financeira histórica da Companhia. A Votorantim Cimentos mantém uma postura conservadora na condução dos negócios, segue apresentando estrutura de capital sólida e elevada liquidez.

5. Investimentos

No fechamento de 2025, os investimentos (CAPEX) totalizaram R\$ 3,7 bilhões, representando um aumento de 14% comparado ao mesmo período de 2024. Esse crescimento foi viabilizado pela robustez e disciplina financeira da Companhia. O aumento reflete a estratégia de investimentos voltados à modernização e à competitividade estrutural, bem como projetos relacionados aos compromissos de descarbonização e novos negócios. Os investimentos em projetos de *sustaining*, modernização e demais iniciativas representam 79% do CAPEX consolidado, enquanto os 21% restantes foram direcionados a projetos de expansão, um aumento de 5 p.p. em 2025 em comparação a 2024.

Emprestimos, planos investimentos da Companhia no Brasil para o período de 2024-2028, que totaliza R\$ 5 bilhões, R\$ 2,7 bilhões estão em andamento através de projetos que possuem flexibilidade para a Companhia acelerar ou reduzir o ritmo dos investimentos, a depender do desempenho econômico e das condições de mercado. Dentre as iniciativas concluídas e em andamento, a Companhia destaca: (i) os projetos já anunciados, como as novas moagens em Salto de Pirapora (SP), Edealina (GO) e Nobres (MT); bem como (ii) os investimentos de modernização em projetos relacionados à linha de investimentos em Laranjeiras (SE); (iv) reativação de moagens de cimento que estavam paralisadas nas unidades de Esteio (RS) e Laranjeiras (SE); e (v) a otimização operacional e logística da região Sul, possibilitando aumento relevante na disponibilidade de produto na fábrica de Rio Branco do Sul (PR). Por meio desses investimentos somados, a Companhia estima uma capacidade adicional em 48 milhões de toneladas de cimento por ano já em 2026. Também foi anunciado a implantação de uma nova fábrica de argamassas em Edealina (GO) com capacidade de produção anual de 300 mil toneladas, com inauguração prevista para meados de 2027.

A Votorantim Cimentos também segue investindo nas operações no exterior para ampliar sua capacidade de moagem. Em termos de novos negócios, a Companhia realizou aquisições complementares (bolt-on acquisitions) de ativos no setor de cimento nos mercados de agregados e de concreto na América do Norte e na Espanha.

6. Endividamento e Liquidez

6.1 Operações do Período (Gestão de Passivos)

A Votorantim Cimentos tem duas linhas rotativas de crédito disponíveis. A primeira linha, no montante de USD 300 milhões, com vencimento em junho de 2027, suporta a Companhia com necessidade de liquidez de caixa de curto prazo durante os períodos de sazonalidade que afetam suas subsidiárias baseadas na América do Norte. Ao longo de 2025, a Companhia realizou diversas iniciativas de gestão estratégica de passivos, alinhadas à segunda linha de crédito rotativa tem por objetivo prover liquidez à Companhia em cenários de maior incerteza e volatilidade e estava 100% disponível no fechamento do ano. Essa linha de crédito foi negociada em 2025 e tem o montante total de USD 250 milhões com vencimento em julho de 2030, sendo caracterizada como *Sustainability-Linked Loan*, em linha com os compromissos de sustentabilidade de longo prazo.

Em dezembro de 2025, a Companhia realizou diversas iniciativas de gestão estratégica de passivos, alinhadas à disciplina financeira consistente, com foco na redução de custo e no alongamento do perfil de vencimento de suas dívidas, tanto no mercado local, por meio de emissões de debêntures, quanto no mercado internacional, por meio de bilaterais. Aproveitando a solidez de seu perfil de crédito e janelas oportunísticas de mercado, a Votorantim Cimentos realizou a renovação de suas dívidas com prazo original de vencimento entre 2026 e 2029, para 2030 a 2033, além de reduzir custos do serviço da dívida.

6.2 Alavancagem e Perfil de Dívida

Em 2025, o endividamento bruto⁶ totalizou R\$ 15,2 bilhões, um aumento de 5,0% em relação ao fechamento de 2024. O prazo médio da dívida é de aproximadamente 7 anos, sem necessidade de refinanciamento no curto prazo.

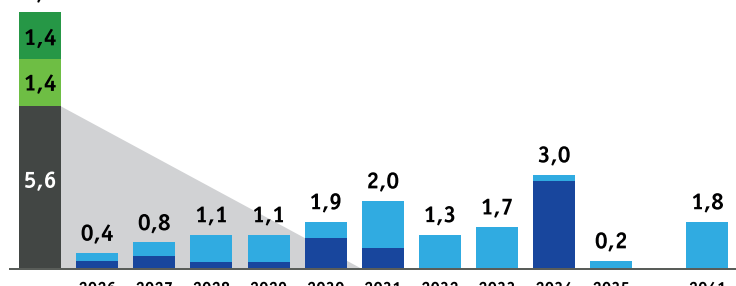
Em dezembro de 2025, a Companhia apresentou uma dívida líquida por EBITDA ajustado (alavancagem) de 1,63x, uma diminuição de 0,03x comparada à alavancagem de 2024, considerando apenas as operações continuadas.

O montante de caixa e aplicações financeiras da Votorantim Cimentos manteve uma sólida liquidez, no valor de R\$ 5,6 bilhões, permitindo que a Companhia cumpra com as suas obrigações financeiras pelos próximos 5 anos. Segue o perfil de dívida findado em dezembro de 2025 e, em seguida, o gráfico de evolução da alavancagem:

Perfil de Amortização de Dívida

R\$ bilhão

Empréstimos e financiamentos: R\$ 15,2 bi
Prazo médio de vencimento: -6,9 Anos
Posição de Caixa cobre -5,2 anos de pagamento de dívida



Alavancagem e Composição da Dívida

Considera-se apenas operações continuadas

1,66x em 2025, 1,63x em 2024

15,9 em 2025, 17,0 em 2024

10,7 em 2025, 11,4 em 2024

5,2 em 2025, 5,6 em 2024

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

2025

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Nota	Consolidado		Controladora		Nota	Capital social	Legal	Reservas de lucros	Atribuível aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	2025	2024	2025	2024							
Lucro líquido do exercício											
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado											
24(d)	(1.299)	3.993	(1.084)	3.555	Em 1º de janeiro de 2024						
24(d)	123	(215)	102	(178)	Resultado abrangente do exercício						
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas											
24(d)	215	-	215	-	Lucro líquido do exercício						
Outros componentes do resultado abrangente											
24(d)	(1.149)	3.773	(767)	3.376	Contribuições e distribuições para acionistas						
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado											
24(d)	(4)	-	(4)	-	Redução de capital social de acionistas não controladores						
Ajustes de ativos financeiros e passivos financeiros por meio de outros resultados abrangentes											
24(d)	(4)	-	(4)	-	Dividendos intermediários pagos						
Renueração com benefícios de aposentadoria em investidas											
24(d) e 23(b)	28	7	24	7	Destinação do lucro líquido do exercício						
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo											
24(d)	28	(4)	24	(4)	Constituição de reserva legal						
Total do resultado abrangente do exercício											
(1.121)	3.769	(743)	3.372	Em 31 de dezembro de 2024							
2.057	4.843	2.181	4.270	Resultado abrangente do exercício							
Atribuível a:											
Acionistas da Companhia											
Operações continuadas											
1.284	4.074	-	-	Lucro líquido do exercício							
Operações descontinuadas											
897	196	-	-	Dividendos mínimos obrigatórios							
Participação de não controladores											
(154)	533	-	-	Retenção de lucros							
Operações descontinuadas											
30	40	-	-	Total do resultado abrangente do exercício							
2.057	4.843	2.181	4.270	Em 31 de dezembro de 2025							
Os componentes na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.											
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.											

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Nota	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
Operações continuadas				
Operações descontinuadas				
29(d)	948	327	13	-
3.480				
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação, amortização e exaustão				
26(b)	2.857	2.362	999	701
(Ganho) perda na venda de imobilizado e intangível, líquido				
27(b)	(30)	(78)	(2)	8
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures				
18(d) e 28(b)	1.215	988	742	510
Equivalência patrimonial				
14(e)	(81)	(157)	(2.759)	(1.864)
Ganho na venda de investimentos				
29(d)(i)	986	-	-	-
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos				
29(d)(ii)	215	-	(13)	-
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos				
6.3.3(b) e 28(b)(ii)	258	(130)	253	(188)
Reversão ARO, processos civis, trabalhistas, fiscais e ambientais, líquidas				
21(c)	(239)	(138)	(198)	(131)
Reversão sobre instrumentos financeiros				
13(b)	13	(90)	(84)	(86)
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa				
10(c)	38	22	20	16
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques, líquidas				
11(c)	13	(10)	(16)	(11)
Atualização monetária da utilização do bem público				
28(b)	(6)	41	-	-
Contratos futuros de energia - valor justo				
27(b)	4	10	2	4
Provisão de impairment de ativos				
27(b)	211	734	45	570
Outros componentes do resultado financeiro				
27(b)	(61)	(89)	(26)	(33)
Demais itens que não afetam caixa				
6.758				
(Acréscimo) decréscimo em ativos				
Contas a receber de clientes				
26(b)	(263)	196	(47)	5
Estoque				
150	(298)	(120)	(131)	7
Tributos a recuperar				
162	12	12	(7)	7
Securitização de recebíveis				
13	(1)	-	-	-
Partes relacionadas				
86	(4)	95	(1)	1
Depósitos judiciais				
178	(138)	(5)	(110)	1
Demais créditos e outros ativos				
20	(223)	(18)	39	30
Risco sacado a pagar				
466	(149)	(290)	90	90
Fornecedores e outras contas a pagar				
62	(52)	11	37	11
Salários e encargos sociais				
207	(43)	(42)	(18)	14
Tributos a recolher				
19	(25)	8	-	-
Adiantamento de clientes				
121	(148)	(62)	(59)	2
Pagamentos de ARO, processos tributários, civis e trabalhistas				
21(c)	(510)	277	(94)	102
Demais obrigações e outros passivos				
5.713	4.498	1.143	449	449
Caixa proveniente das operações				
18(d)	(1.180)	(963)	(716)	(472)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures				
95	(5)	-	-	-
Juros pagos de uso de bem público				
234	(303)	(183)	(234)	(234)
Juros pagos de instrumentos financeiros derivativos (i)				
20	26	14	20	20
Juros recebidos				
28(b)	(618)	(35)	-	(10)
Custo de compra dos bonds				
Imposto de renda e contribuição social pagos				
3.647	2.862	258	(247)	258
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras				
(655)	(119)	(36)	(74)	(74)
Resgates de aplicações financeiras				
944	148	139	92	92
Aquisição de imobilizado e intangível				
3.444	(2.938)	(1.579)	(1.415)	(1.415)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível				
90	144	9	3	3
Aquisição de investimento				
30(b)	(209)	(12)	-	-
Recebimento pela venda de investimentos				
2.068	(15)	(15)	(15)	(15)
Aumento de capital em público				
4	10	200	-	-
Redução de capital em investida				
19	149	356	270	270
Dividendos recebidos				
-	-	2.261	1.732	1.732
Recebimento de share premium				
(66)	-	(66)	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros - ações				
153	-	-	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros derivativos (i)				
17	(37)	(17)	(15)	(15)
Pagamentos a partes relacionadas				
(1.083)	(2.670)	1.277	578	578
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
18(d)	6.234	5.608	2.036	1.151
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures				
18(d)	(4.588)	(5.348)	(1.354)	(834)
Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures				
17(c)	(527)	(537)	(107)	(120)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (i)				
24(c)	(3.019)	(950)	(2.336)	(959)
Dividendos pagos a não controladores				
(132)	(69)	-	-	-
Redução de capital de acionistas não controladores				
18(h)	(2.160)	(1.219)	(1.761)	(670)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos				
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa				
Efeito de oscilações cambiais em caixa e equivalentes de caixa				
404	(1.027)	(226)	(339)	(339)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
4.371	4.857	805	1.144	1.144
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício				
Incluído em caixa e equivalentes de caixa				
8(b)	4.613	4.071	579	805
Incluído em ativos financeiros				
29(c)	-	300	-	-
Principais transações que não afetaram o caixa				
Pagamento de impostos com prejuízo fiscal				
(105)	-	(72)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível				
(201)	(339)	(177)	(43)	(43)

(i) A Companhia revisou sua política contábil de apresentação das liquidações de instrumentos financeiros derivativos no fluxo de caixa. Como resultado, os juros pagos relacionados a esses instrumentos passaram a ser apresentados em atividades operacionais, enquanto a liquidação do principal permanece classificada de acordo com a natureza do item protegido, em conformidade com sua classificação econômica.

As transações das atividades de financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 18(h).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Nota	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Receitas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)				
34.424	31.425	13.535	12.120	12.120
Outras receitas operacionais, líquidas				
532	377	124	56	56
Receitas relativas à construção de ativos próprios				
1.222	991	738	596	596
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa				
10(c)	(38)	(22)	(20)	(16)
36.178				
Insusos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (menos depreciação, amortização, exaustão, custo com pessoal, encargos sociais e outros)				
(19.005)	(17.582)	(7.458)	(6.925)	(6.925)
Despesas de materiais, serviços de terceiros e outros				
(2.071)	(1.839)	(1.093)	(920)	(920)
Despesas com o CADE				
(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Provisão de impairment de ativos				
27(b)	(10)	-	-	(4)
(21.676)				
Valor adicionado bruto				
Depreciação, amortização e exaustão				
26(b)	14.502	12.037	5.826	4.204
Resultado de equivalência patrimonial				
(2.857)	(2.857)	(2.857)	(2.857)	(2.857)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas				
11.645	9.675	4.827	3.503	3.503
Valor adicionado líquido				
Ajustes de balanço financeiro - (A) - (B)				
14(e)	81	157	2.759	1.864
Resultado de equivalência patrimonial				
1.564	1.599	1.007	987	987
Receitas financeiras e variações cambiais ativas				
28	28	28	28	28
Despesas de aluguel, dividendos e outros				
1.673	1.793	3.768	2.855	2.855
13.318				
Total do valor adicionado a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos sociais				
3.485	3.201	831	760	760
Benefícios				
586	537	318	293	293
FGTS				
64	61	63	48	48
4.135				
Impostos e contribuições				
Federais				
546	643	581	796	796
Estaduais				
3.059	2.997	1.956	1.846	1.846
Municipais				
82	44	62	39	39
3.687				
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras e variações cambiais passivas				
3.111	3.018	1.869	1.661	1.661
Alugueis				
100	111	15	17	17
3.211				
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos mínimos obrigatórios				
24(c)	695	213	695	213
Lucros retidos				
1.366	510	2.216	685	685
Participação dos acionistas não controladores				
224	133	2.911	898	898
2.985				
Distribuição do valor adicionado				
(Representado Nota 5.6)				
13.318				
11.468				
8.595				
6.358				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Nota	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
Operações continuadas				
Operações descontinuadas				
29(d)	948	327	13	-
3.480				
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação, amortização e exaustão				
26(b)	2.857	2.362	999	701
(Ganho) perda na venda de imobilizado e intangível, líquido				
27(b)	(30)	(78)	(2)	8
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures				
18(d) e 28(b)	1.215	988	742	510
Equivalência patrimonial				
14(e)	(81)	(157)	(2.759)	(1.864)
Ganho na venda de investimentos				
29(d)(i)	986	-	-	-
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos				
29(d)(ii)	215	-	(13)	-
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos				
6.3.3(b) e 28(b)(ii)	258	(130)	253	(188)
Reversão ARO, processos civis, trabalhistas, fiscais e ambientais, líquidas				
21(c)	(239)	(138)	(198)	(131)
Reversão sobre instrumentos financeiros				
13(b)	13	(90)	(84)	(86)
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa				
10(c)	38	22	20	16
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques, líquidas				
11(c)	13	(10)	(16)	(11)
Atualização monetária da utilização do bem público				
28(b)	(6)	41	-	-
Contratos futuros de energia - valor justo				
27(b)	4	10	2	4
Provisão de impairment de ativos				
27(b)	211	734	45	570
Outros componentes do resultado financeiro				
27(b)	(61)	(89)	(26)	(33)
Demais itens que não afetam caixa				
6.758				
(Acréscimo) decréscimo em ativos				
Contas a receber de clientes				
26(b)	(263)	196	(47)	5
Estoque				
150	(298)	(120)	(131)	7
Tributos a recuperar				
162	12	12	(7)	7
Securitização de recebíveis				
13	(1)	-	-	-
Partes relacionadas				
86	(4)	95	(1)	1
Depósitos judiciais				
178	(138)	(5)	(110)	1
Demais créditos e outros ativos				
20	(223)	(18)	39	30
Risco sacado a pagar				
466	(149)	(290)	90	90
Fornecedores e outras contas a pagar				
62	(52)	11	37	11
Salários e encargos sociais				
207	(43)	(42)	(18)	14

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

taxas de câmbio e os ajustes de hibernificação requeridos pelo IAS 29 levarão a uma diferença adicional à que surge na adoção inicial da contabilização da hibernificação. Estas diferenças adicionais são apresentadas na demonstração de resultado abrangente dentro da rubrica "Variação cambial de operações localizadas no exterior". O saldo dos ativos monetários atualizados monetariamente não excederá seu valor recuperável e a diferença é reconhecida no resultado. Quando uma economia deixa de ser considerada hibernificatória e a aplicação do CPC 42 / IAS 29 é descontinuada, os valores atualizados monetariamente passam a ser valor contábil base para os exercícios subsequentes. A Companhia aplica o CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hibernificatória para registro da posição patrimonial e resultado nas seguintes operações: (i) Turquia: No início de 2022, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com a declaração do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hibernificatória nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional. A taxa de inflação da Turquia apresentou redução, encerrando o ano de 2023 em 31% pelo IPC, contra 44% registrados em 2024. (ii) Argentina: Em julho de 2019, a Argentina foi considerada economia hibernificatória descontinuada, com uma inflação acumulada no triênio superior a 100%. Desencadeando assim a transição para contabilidade em economia hibernificatória. Desde 2018, o cumprimento forma se tornou aplicável ao registro do patrimônio da Companhia na Cements Avelledana S.A. ("Avelledana"), uma coligada cuja moeda funcional é o peso argentino. A taxa de inflação da Argentina apresentou redução, encerrando o ano de 2023 pelo Índice de Preços ao Consumidor ("IPC"), contra 118% registrados em 2024. 5.4.7. **Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas (Nota 29):** Um ativo, ou grupo de ativos e passivos, é mantido para venda quando se espera que seja vendido em um período curto pela transação de venda ao invés de uso contínuo. Isso ocorre se o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas a termos habituais e costumes no mercado para a conclusão da transação, momento em que a venda é definida como "altamente provável". O grupo de ativos e passivos mantidos para venda é mensurado ao valor recuperável pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo definido pelas partes da transação menos os gastos incrementalmente esperados e diretamente atribuíveis à conclusão da venda. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia, que foi baixado ou está reclassificado como mantido para venda e que: (i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; (ii) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou (iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes de quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações comparativas do resultado são reclassificadas com se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo. O resultado da operação descontinuada é evidenciado em montante único na demonstração do resultado, líquido do imposto de renda e contribuição social. 5.4.8. **Combinação de negócios (Nota 30):** O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende: • valores justos dos ativos transferidos; • passivos incorridos para os ex-proprietários do negócio adquirido; • participações societárias emitidas pela Companhia; • valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e • valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelo seu valor justo na data da aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não controladores na adquirida com base na data de aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação da Companhia no ativo identificável, líquidos, da adquirida, os custos relacionados à aquisição não são incluídos no custo da combinação, mas reconhecidos como despesa no resultado. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), ou resultado de compra vantajosa, é mensurado pelo montante que a soma dos itens acima exceder o valor justo, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos: (a) contraprestação transferida; (b) valor de qualquer participação de não controlador na entidade adquirida; e (c) valor justo - de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos identificáveis, líquidos, adquiridos e registrado como ágio. Caso esses valores sejam inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado do exercício como compra vantajosa. Caso esses valores sejam superiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida como *goodwill* no ativo. Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro e diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da transação utilizada e a taxa de desconto incremental da entidade, sendo a taxa na qual um empréstimo semelhante poderia ser obtido de forma independente em termos e condições comparáveis. A contraprestação contingente é classificada como patrimônio líquido ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo sendo reconhecidas no resultado. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data da aquisição da participação acionária na adquirida anteriormente detida pela Companhia é reavaliado ao valor justo na data de aquisição. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes da realocação são reconhecidos no resultado. 5.4.9. **Principais subsidiárias e alterações societárias:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (momento que a Companhia adquire controle) até a data em que a Companhia deixa de exercer o controle sobre a controlada. As principais subsidiárias e as alterações relevantes de participações nas investidas no exercício foram:

Percentual do capital total e votante

	2025	2024	Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
Votorantim Cimentos S.A. e subsidiárias					
Votorantim Cimentos Internacional S.A. - "VCI"	100,00	100,00	Luxemburgo	Dólar - USD	Holding
Sílcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Holding
Portos Transportes Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Transporte
Votorantim Cimentos (Brasil) S.A. - "VCMNE"	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Holding
Calmit Mineração Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Florestal
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Lidernac Ind e Com. Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
CRB Operações Portuárias S.A.	99,99	99,99	Brasil	Real - BRL	Portuária

Votorantim Cimentos S.A. e subsidiárias	2025	2024	Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
St. Marys e subsidiárias					
St. Marys Cement (Inca) (Canadá)	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Cimentos
2339097 Ontario Limited	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
2377482 Ontario Inc.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
2377962 Ontario Inc.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
Rosedale Securities Ltd.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
VCMN Prairie Aggregate Holdings Illinois, Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
VCMN US Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
St. Marys Cement U.S. LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
McMinn USA LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
VCMN Prairie LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
313 Ready Mix, LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
Superior Concrete LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
VCMN United Materials LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Concreto
Votorantim Cimentos North America, Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding

Votorantim Cimentos EAA Inversões S.L. e subsidiárias	2025	2024	Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
Votorantim Cimentos Inversões S.L. - "VCEA"	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Votorantim Cement Trading S.L.	100,00	100,00	Espanha	Dólar - USD	Trading
Votorantim Cementos España, S.A.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Holding
Cementos Asimet EAA (ii)	-	100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Asimet de Temara S.A. (iii)	99,7	99,7	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebeting Hormigones S.A.	99,75	99,75	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Morteros de Galicia S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Comercial Cosmos SUR S.A.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Compañía General de Cementos, S.A.	82,68	82,68	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebeting Lugo Hormigones S.A.	82,68	82,68	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebeting Lugo S.A.	82,68	82,68	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Votorantim Cimento Sanayive Ticaret A.S.	99,96	99,96	Turquia	Lira turca - TRY	Cimentos
Yibitiz İnşaat İşleri İnşaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.Ş. (iii)	80,61	80,61	Turquia	Lira turca - TRY	Agregados
Grabemaro S.A. (ii)	-	100,00	Marrocos	Dírhama Marroquino - MAD	Agregados
Asmet de Temara S.A. (ii)	-	62,62	Marrocos	Dírhama Marroquino - MAD	Cimentos
Asmet Du Centre S.A. (ii)	-	62,62	Marrocos	Dírhama Marroquino - MAD	Agregados
Société Industrielle de Béton (i)	-	100,00	Tunísia	Dinar tunisiano - TND	Cimentos
Societe Granulats Jbel Oust (i)	-	100,00	Tunísia	Dinar tunisiano - TND	Agregados

VC Latam e subsidiárias	2025	2024	Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
Votorantim Cimentos Latam, S.A.s.r.l. "VC LATAM"	100,00	100,00	Luxemburgo	Dólar - USD	Holding
Yacuses S.L.	51,00	51,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
GB Minerales Y Agregados S.A.	51,00	51,00	Bolívia	Boliviano - BOB	Cimentos
Itacambá Cimentos S.A.	34,00	34,00	Bolívia	Boliviano - BOB	Cimentos
Cimentos Artigas S.A.	11,00	11,00	Uruguai	Peso uruguayo - UYU	Cimentos

(i) Em março de 2025, a Companhia concluiu a venda das operações na Tunísia, conforme Nota 3.1. (ii) Em junho de 2025, a Companhia concluiu a venda das operações no Marrocos, conforme Nota 3.1. (iii) Em 2025, a subsidiária Yibitiz Yozgat İsci Birliği İnşaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.Ş. ("Yibitiz") vendeu suas ações, e por consequência, o total da participação na subsidiária Votorantim Cimentos Sanayive Ticaret A.S. ("VCMNE") foi reduzida para zero. 5.4.10. **Estimativa dos fluxos de caixa:** Os fluxos de caixa apresentados são equivalentes em caixa e equivalentes em caixa durante o exercício nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são investimentos com vencimento no curto prazo a partir da aquisição. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados com base no método indireto. O lucro antes dos impostos é ajustado para os efeitos de transações não monetárias, para os efeitos de quaisquer diferimentos para o registro em uma base de competência de receitas dos e pagamentos de caixa operacionais passados os futuros, e para os efeitos de itens de receitas ou despesas associadas aos fluxos de caixa das atividades de investimento ou financiamento. Todas as receitas e despesas resultantes de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e financiamento, são excluídas da demonstração dos fluxos de caixa. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais. 5.4.11. **Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, para as sociedades controladas e subsidiárias, com base nos critérios de reconhecimento dos itens definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados com base na experiência histórica e outros fatores relevantes. As estimativas e julgamentos contábeis críticos são aqueles que podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. 5.5. <

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Nota	Consolidado					Total	Controladora	Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos			
Em 31 de dezembro de 2025								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.369	1.997	7.294	10.482	2.534	23.676	4	11.371
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	234	102	156	51	543	14	219
Arrendamentos		451	393	704	334	2.534	10	227
Risco sacado a pagar	19(b)	1.464	-	-	-	1.464	-	1.472
Fornecedores e outras contas a pagar		4.142	-	-	-	4.142	-	104
Dividendos a pagar	13(b)	696	-	-	-	696	-	695
Uso de bem público		57	58	198	420	853	1	213
Partes relacionadas		28	41	-	-	69	-	-
Benefícios pós-emprego		58	61	170	301	1.222	1.812	161
8.492	2.652	8.522	11.588	5.271	36.255		4	14.701
Em 31 de dezembro de 2024								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.223	2.299	7.056	8.823	3.243	22.644	161	10.015
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	248	228	202	73	751	14	575
Arrendamentos		408	321	569	132	2.539	10	227
Risco sacado a pagar	19(b)	1.566	-	-	-	1.566	-	1.472
Fornecedores e outras contas a pagar		4.522	-	-	-	4.522	-	104
Dividendos a pagar	13(b)	215	-	-	-	215	-	245
Uso de bem público		55	59	200	424	1.016	1	213
Partes relacionadas		25	33	-	-	58	-	-
Benefícios pós-emprego		72	67	191	317	1.406	2.053	161
8.300	3.027	8.218	9.769	4.709	35.578		4	13.075

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)		Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas (j)		Principal de instrumentos financeiros derivativos		Unidade	Impactos no resultado											
	2025	2024	2025	2024	2025	2024		Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III	Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III								
Câmbio																			
USD	660	660	5.302	5.302	1.739	1.739	USD	-1,20%	2	269	537	(269)	(537)	33	688	1.376	(688)	(1.376)	
EUR	59	59	-	-	-	-	EUR	-0,42%	-	(15)	(30)	15	30	-	-	-	-	-	
Taxas de juros																			
BRL - CDI	2.661	2.661	4.599	4.599	3.552	3.552	BRL	-72,92bps	36	193	412	(173)	(330)	-	-	-	-	-	
BRL - IPCA	2	2	1.924	1.924	1.643	1.643	BRL	6bps	70	(12)	(14)	24	59	-	-	-	-	-	
USD - SOFR	2	2	2.075	2.075	1.739	1.739	USD	-27bps	10	(7)	(13)	7	13	-	-	-	-	-	
Cupom Dólar	-	-	-	-	-	-	USD	41bps	7	8	17	(8)	(17)	-	-	-	-	-	
TJLP	-	-	-	-	-	-	BRL	11bps	-	1	2	(1)	(2)	-	-	-	-	-	
TR	-	-	-	-	-	-	BRL	0bps	-	1	1	(1)	(1)	-	-	-	-	-	
EUR - EURIBOR	-	-	-	-	-	-	EUR	1bps	-	4	7	(4)	(7)	-	-	-	-	-	

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)		Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas (j)		Principal de instrumentos financeiros derivativos		Unidade	Impactos no resultado					
	2025	2024	2025	2024	2025	2024		Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III	Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III		
Câmbio													
USD	3	1.282	1.739	1.739	USD	-1,20%	(5)	116	232	(116)	(232)		
Taxas de juros													
BRL - CDI	1.513	4.599	2.878	2.878	BRL	-72,92bps	43	226	476	(208)	(401)		
BRL - IPCA	2	1.239	1.026	1.026	BRL	6bps	47	(8)	(8)	15	38		
USD - SOFR	2	839	825	825	USD	-27bps	6	(18)	(36)	18	36		
Cupom Dólar	-	-	-	-	USD	-41bps	7	8	17	(8)	(17)		
TR	-	-	-	-	BRL	0bps	-	-	1	(1)	(1)		

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 8(b)), "Aplicações financeiras" (Nota 9(b)), "Partes relacionadas" (Nota 13(b)) e "Empréstimos, financiamentos e debêntures" (Nota 18(b)), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA E HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

(a) **Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias: (i) **Instrumentos financeiros ao custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. (ii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem investimentos em títulos patrimoniais (ações), que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial, e que a Companhia decidiu de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. (iii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Todos os instrumentos financeiros que não se enquadraram nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado. (b) **Passivos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações. Passivos financeiros ao custo amortizado e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variações cambiais, são reconhecidas no resultado na rubrica de "Resultado financeiro, líquido". Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado. (c) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. (d) **Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro cujo grupo de ativos financeiros está deteriorado. A exceção do impairment de "Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis" (Nota 10), o impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do impairment (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado. Os montantes apresentados abaixo são os itens cujo valor pelo critério de valor justo e pelo custo amortizado são equivalentes, com exceção dos itens relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures e os instrumentos financeiros derivativos. (e) **Composição:** Os montantes apresentados abaixo são os itens cujo valor pelo critério de valor justo e pelo custo amortizado são equivalentes, com exceção dos itens relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures e os instrumentos financeiros derivativos.

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)		Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas (j)		Principal de instrumentos financeiros derivativos		Unidade	Impactos no resultado					
	2025	2024	2025	2024	2025	2024		Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III	Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III		
Câmbio													
USD	3	1.282	1.739	1.739	USD	-1,20%	(5)	116	232	(116)	(232)		
Taxas de juros													
BRL - CDI	1.513	4.599	2.878	2.878	BRL	-72,92bps	43	226	476	(208)	(401)		
BRL - IPCA	2	1.239	1.026	1.026	BRL	6bps	47	(8)	(8)	15	38		
USD - SOFR	2	839	825	825	USD	-27bps	6	(18)	(36)	18	36		
Cupom Dólar	-	-	-	-	USD	-41bps	7	8	17	(8)	(17)		
TR	-	-	-	-	BRL	0bps	-	-	1	(1)	(1)		

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 8(b)), "Aplicações financeiras" (Nota 9(b)), "Partes relacionadas" (Nota 13(b)) e "Empréstimos, financiamentos e debêntures" (Nota 18(b)), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA E HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

(a) **Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias: (i) **Instrumentos financeiros ao custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. (ii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem investimentos em títulos patrimoniais (ações), que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial, e que a Companhia decidiu de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. (iii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Todos os instrumentos financeiros que não se enquadraram nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado. (b) **Passivos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações. Passivos financeiros ao custo amortizado e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variações cambiais, são reconhecidas no resultado na rubrica de "Resultado financeiro, líquido". Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado. (c) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. (d) **Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro cujo grupo de ativos financeiros está deteriorado. A exceção do impairment de "Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis" (Nota 10), o impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do impairment (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado. Os montantes apresentados abaixo são os itens cujo valor pelo critério de valor justo e pelo custo amortizado são equivalentes, com exceção dos itens relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures e os instrumentos financeiros derivativos. (e) **Composição:** Os montantes apresentados abaixo são os itens cujo valor pelo critério de valor justo e pelo custo amortizado são equivalentes, com exceção dos itens relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures e os instrumentos financeiros derivativos.

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)		Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas (j)		Principal de instrumentos financeiros derivativos		Unidade	Impactos no resultado					
	2025	2024	2025	2024	2025	2024		Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III	Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III		
Câmbio													
USD	3	1.282	1.739	1.739	USD	-1,20%	(5)	116	232	(116)	(232)		
Taxas de juros													
BRL - CDI	1.513	4.599	2.878	2.878	BRL	-72,92bps	43	226	476	(208)	(401)		
BRL - IPCA	2	1.239	1.026	1.026	BRL	6bps	47	(8)	(8)	15	38		
USD - SOFR	2	839	825	825	USD	-27bps	6	(18)	(36)	18	36		
Cupom Dólar	-	-	-	-	USD	-41bps	7	8	17	(8)	(17)		
TR	-	-	-	-	BRL	0bps	-	-	1	(1)	(1)		

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 8(b)), "Aplicações financeiras" (Nota 9(b)), "Partes relacionadas" (Nota 13(b)) e "Empréstimos, financiamentos e debêntures" (Nota 18(b)), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA E HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

(a) **Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias: (i) **Instrumentos financeiros ao custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. (ii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem investimentos em títulos patrimoniais (ações), que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial, e que a Companhia decidiu de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. (iii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Todos os instrumentos financeiros que não se enquadraram nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado. (b) **Passivos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações. Passivos financeiros ao custo amortizado e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variações cambiais, são reconhecidas no resultado na rubrica de "Resultado financeiro, líquido". Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado. (c) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. (d) **Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro cujo grupo de ativos financeiros está deteriorado. A exceção do impairment de "Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis" (Nota 10), o impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do impairment (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado. Os montantes apresentados abaixo são os itens cujo valor pelo critério de valor justo e pelo custo amortizado são equivalentes, com exceção dos itens relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures e os instrumentos financeiros derivativos. (e) **Composição:** Os montantes apresentados abaixo são os itens cujo valor pelo critério de valor justo e pelo custo amortizado são equivalentes, com exceção dos itens relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures e os instrumentos financeiros derivativos.

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)		Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas (j)		Principal de instrumentos financeiros derivativos		Unidade	Impactos no resultado					
	2025	2024	2025	2024	2025	2024		Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III	Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III		
Câmbio													
USD	3	1.282	1.739	1.739	USD	-1,20%	(5)	116	232	(116)	(232)		
Taxas de juros													
BRL - CDI	1.513	4.599	2.878	2.878	BRL	-72,92bps	43	226	476	(208)	(401)		
BRL - IPCA	2	1.239	1.026	1.026	BRL	6bps	47	(8)	(8)	15	38		
USD - SOFR	2	839	825	825	USD	-27bps	6	(18)	(36)	18	36		
Cupom Dólar	-	-	-	-	USD	-41bps	7	8	17	(8)	(17)		
TR	-	-	-	-	BRL	0bps	-	-	1	(1)	(1)		

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 8(b)), "Aplicações financeiras" (Nota 9(b)), "Partes relacionadas" (Nota 13(b)) e "Empréstimos, financiamentos e debêntures" (Nota 18(b)), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA E HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

(a) **Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias: (i) **Instrumentos financeiros ao custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

(d) Informações sobre as empresas investidas: A Companhia apresenta no quadro abaixo, as informações financeiras das principais coligadas e controladas em conjunto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	Porcentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2025 Consolidado		
														Outros resultados	Outros abrangentes	
Votorantim Cimentos Internacional S.A.																
Cementos Avelaneda S.A.	49,00	617	2.148	558	642	1.565	1.867	(1.351)	(267)	-	(174)	(9)	66	346		
Cementos Especiais de las Islas S.A.	50,00	225	133	67	11	280	494	(419)	-	1	2	(13)	65	-		
Joint ventures - St. Marys																
Hutton Transport Limited	25,00	41	140	10	16	155	139	(99)	(4)	-	-	-	36	-		
Midway Group, LLC	50,00	49	37	20	-	66	174	(167)	(1)	-	-	-	6	-		
RMC Leasing LLC	50,00	1	-	-	-	1	-	(1)	-	-	-	-	(5)	-		
Grundy-River Holdings LLC	50,00	74	39	-	9	104	189	(164)	(11)	-	-	-	14	-		
Joint venture - VCSA																
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,98	59	2	64	1	(4)	112	(23)	(98)	-	3	-	(6)	-		

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	Porcentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2024 Consolidado		
														Outros resultados	Outros abrangentes	
Votorantim Cimentos Internacional S.A.																
Cementos Avelaneda S.A.	49,00	766	2.719	708	701	2.076	2.509	(1.793)	(382)	-	(60)	(127)	147	292		
Cementos Especiais de las Islas S.A.	50,00	195	138	52	11	270	459	(421)	24	1	(2)	(10)	51	-		
Joint ventures - St. Marys																
Hutton Transport Limited	25,00	44	78	8	10	104	151	(105)	(5)	-	-	-	41	-		
Midway Group, LLC	50,00	44	52	11	-	85	207	(186)	(1)	-	-	-	20	-		
RMC Leasing LLC	50,00	10	20	-	-	30	-	(4)	-	-	-	-	5	-		
Grundy-River Holdings LLC	50,00	56	62	17	1	100	214	(176)	(9)	-	-	-	29	-		
Joint venture - VCSA																
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,94	56	4	67	-	(7)	124	(30)	(132)	(5)	4	-	(39)	-		

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	Porcentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2025 Controladora	
															Outros resultados	Outros abrangentes
Votorantim Cimentos Internacional S.A.	100,00	785	15.019	42	1.808	(44)	13.998	-	-	(460)	2.769	(122)	(10)	2.177	20	
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	1.833	3.587	935	1.948	-	2.537	3.750	(3.229)	3	39	(87)	(87)	481	(1)	
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	10	151	7	8	-	146	-	-	12	-	(2)	(2)	10	(26)	
Motz Transportes Ltda.	100,00	279	51	70	3	-	257	1.998	(1.814)	(79)	-	(10)	(37)	78	-	
Joint venture																
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,98	59	2	64	1	-	(4)	112	(23)	(98)	-	3	-	(6)	-	

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	Porcentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2024 Controladora	
															Outros resultados	Outros abrangentes
Votorantim Cimentos Internacional S.A.	100,00	1.181	16.345	41	2.039	(58)	15.504	-	-	(13)	1.459	(86)	-	1.360	(191)	
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	1.838	3.600	837	2.039	-	2.562	3.369	(2.774)	(40)	9	(88)	(77)	399	(23)	
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	5	153	-	14	-	14	-	-	1	39	1	1	49	-	
Motz Transportes Ltda.	100,00	213	36	48	2	-	199	1.510	(1.360)	(58)	-	8	(32)	68	-	
Joint venture																
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,94	56	4	67	-	-	(7)	124	(30)	(132)	(5)	4	-	(39)	-	

(e) Movimentação:	Nota	2025 Consolidado		2024 Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Saldo no início do período		1.763	1.041	18.428	15.161
Equivalência patrimonial		-	157	2.759	1.864
Dividendos deliberados (iii)		(167)	(151)	(356)	(270)
Distribuição de share premium (i)		-	-	(2.944)	(1.734)
Realização de outros resultados abrangentes (ii)		-	-	228	-
Variações cambiais de operações localizadas no exterior e ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	24(d)	(231)	-	(1.084)	3.555
Hedge dos investimentos líquidos em moeda estrangeira	24(d)	-	-	102	(178)
Redução de capital - Votorantim Cimentos N/NE S.A.	-	-	-	(200)	-
Redução de capital - RMC Leasing	-	-	-	(10)	-
Aumento de capital - Juntos Somos Mais	4	4	20	4	20
Aumento de capital social - Silcar	-	-	-	11	-
Reclassificação para instrumentos financeiros - ações	14(c)(i)	-	(145)	-	-
Outros	(32)	-	21	-	8
Saldo no final do período		1.148	1.763	16.928	18.428

(i) Durante o exercício, houve o recebimento de share premium (retorno de capital) no montante de USD \$32 milhões (R\$ 2.944) da controlada VCI. (ii) Refere-se à baixa do resultado abrangente das operações descontinuadas. (iii) Os dividendos deliberados estão apresentados no quadro abaixo:

Consolidado	Valor original	Moeda	Valor em reais	Porcentual de participação (%)	Valor atribuído a Companhia
Cementos Especiais de las Islas S.A.	10	EUR	63	50,00	31
Midway Group LLC	3	USD	16	50,00	8
Grundy-River Holdings LLC	5	USD	25	50,00	6
Hutton Transport Limited	5	USD	25	25,00	6
RMC Leasing	4	USD	21	50,00	11
Total					167

(f) Opções de compra e de venda: Em abril de 2021, a controlada St. Marys concluiu a aquisição do capital social emitido da McInnis Cement Inc. ("McInnis"), tornando a parte vendedora acionista não controladora da St. Marys, com participação de 17%. Como parte da operação, a Companhia emitiu uma opção de venda em favor do acionista não controlador, conferindo-lhe o direito de exigir que a Companhia recompre a totalidade de suas ações a preço de mercado. Essa recompra somente pode ser exigida em condições específicas, caso determinados eventos não ocorram dentro de oito anos após a aquisição. Se qualquer desses eventos ocorrer no período, o direito associado à opção de venda será automaticamente extinto. A Administração avaliou os eventos e concluiu que a Companhia tem controle sobre alguns deles, podendo evitar a obrigação; portanto, nenhum passivo financeiro foi reconhecido. Além disso, foi emitida uma opção de compra em favor da Companhia, conferindo-lhe o direito de adquirir todas as ações do acionista não controlador, caso este não exerça sua opção de venda. Esta opção pode ser exercida a preço de mercado ou superior. Considerando que a Administração concluiu que a opção de venda se extinguirá antes da data de exercício e que a opção de compra poderá ser exercida a preço de mercado ou superior, não há impactos contábeis decorrentes desta opção. A Administração continuará reavaliando sua posição a cada período de emissão das demonstrações financeiras, para garantir o tratamento contábil adequado das opções.

15. IMOBILIZADO

(a) Práticas contábeis: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de bens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida econômica restante do ativo relacionado. Com exceção das terras e terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" (Nota 27). A política contábil de impairment de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5.5.2(a).

(b) Composição e movimentação:	Terras, terrenos e benfeitorias		Edifícios e construções		Máquinas e equipamentos e instalações		Veículos		Móveis e utensílios		Obras em andamento		Benefeitorias em propriedade de terceiros		Outros		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Custo	1.523	7.344	27.212	210	1.854	762	90	41.613									
Depreciação acumulada	(88)	(3.717)	(12.243)	(1.278)	(182)	31	955	(501)	(61)	(23.211)							
Em 1º de janeiro de 2024	1.435	3.627	9.969	575	28	2.618	261	29	18.482	29	18.482						
Adições	(24)	(1)	22	3	2	2.842	-	2	2.880	-	2.880						
Depreciação	(8)	(155)	(1.130)	(156)	(10)	51	955	(44)	-	(1.503)							
Variações cambiais	197	567	1.278	121	6	220	35	-	2.424	-	2.424						
Aquisição de subsidiária	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(52)	(78)	(519)	(2)	-	(97)	-	-	(748)	-	(748)						
Provisão da perda do valor recuperável - impairment	-	-	(13)	-	-	-	-	-	(13)	-	(13)						
Transferências	78	227	1.794	231	11	(2.376)	35	-	-	-	-						
Em 31 de dezembro de 2024	1.629	4.137	11.362	774	38	3.207	287	31	21.465	31	21.465						
Custo	1.725	8.757	30.095	2.291	24	3.207	31	47.912									
Depreciação acumulada	(96)	(4.620)	(19.131)	(1.705)	(211)	-	(623)	(61)	(26.447)		(26.447)						
Em 31 de dezembro de 2024	1.629	4.137	11.362	774	38	3.207	287	31	21.465								
Adições	26	10	31	2	3	3.227	-	2	3.300		3.300						
Depreciação (i)	(12)	(162)	(1.487)	(171)	(14)	(4)	(35)	-	(1.881)		(1.881)						
Variações cambiais	(48)	(201)	(409)	(66)	-	(165)	(28)	(1)	(918)		(918)						
Aquisição de subsidiária (ii)	38	21	66	66	-	-	58	-	146		146						
Transferências	24	227	2.087	286	11	(2.744)	28	-	(4)		(4)						
Em 31 de dezembro de 2025	1.640	4.078	11.573	888	44	3.521	283	32	22.059								
Custo	1.746	8.551	31.149	2.604	260	3.521	884	94	48.809		48.809						
Depreciação acumulada	(106)	(4.473)	(19.576)	(1.716)	(216)	-	(601)	(62)	(26.750)		(26.750)						
Em 31 de dezembro de 2025	1.640	4.078	11.573	888	44	3.521	283	32	22.059								
Taxas médias anuais de depreciação em 2024 - %	5	3	6	15	12	-	12	-	12	-	12	-	-	12	-	-	-
Taxas médias anuais de depreciação em 2025 - %	5	3	6	14	12	-	10	-									

		VOTORANTIM CIMENTOS S.A.			
(b) Composição:		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre aplicações financeiras		312	346	171	179
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	284	382	205	352
Reversão de atualização monetária de provisões (i)		239	158	191	111
Juros sobre ativos financeiros		76	58	19	25
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	63	226	50	163
Atualização monetária sobre ativos		46	45	25	31
Comissões sobre securitização	13(b)	44	43	-	-
Atualização monetária utilização do bem público		24	-	-	-
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(b)	27	16	6	5
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionadas	6.3.3(b) e 13(b)	4	-	-	-
Reversão de garantia sobre operação de securitização	13(b)	5	-	-	-
Receita com garantia de empréstimos de partes relacionadas	13(b)	-	-	16	12
Outras receitas financeiras		51	50	26	26
		1.175	1.324	709	878
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	(1.215)	(988)	(742)	(510)
Capitalização de juros sobre empréstimos	15(c)	58	40	55	36
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(541)	(250)	(458)	(164)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos (i)		(364)	(231)	(318)	(182)
Ajuste a valor presente		(132)	(139)	(37)	(56)
Comissões sobre operações financeiras		(130)	(92)	(10)	-
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	(105)	(78)	(77)	(68)
Encargos com securitização	13(b)	(102)	(112)	(56)	(57)
Correção monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	(24)	(50)	(15)	(11)
Custos com captação de empréstimos		(18)	(41)	-	-
Atualização monetária utilização do bem público		(17)	(17)	(10)	(11)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(5)	(8)	(5)	(7)
Juros sobre impostos a pagar		(9)	(2)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionadas	6.3.3(b) e 13(b)	(7)	(7)	(9)	(8)
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(b)	(1)	(3)	(3)	(7)
Perda na renegociação de dívidas, líquida das amortizações	18(d)	(5)	(8)	(3)	(7)
IR sobre remessas de juros ao exterior		-	(35)	-	-
Custo de recompra dos bonds		-	(39)	-	-
Provisão de garantia sobre operação de securitização	13(b)	-	(97)	(40)	(30)
Outras despesas financeiras		(2.818)	(2.244)	(1.725)	(1.077)
		108	(617)	178	(475)
Gainho (perda) cambial, líquido		6	110	-	-
Gainho monetário líquido na subsidiária hiperinflacionária		114	(507)	178	(475)
		(1.530)	(1.427)	(838)	(674)

(i) Em junho de 2025, a Companhia celebrou um acordo para encerramento de uma ação judicial. Como resultado, teve um impacto positivo no montante de R\$ 59 em "Reversão de atualização monetária de provisões" e um impacto negativo no montante de R\$ 82 em "Atualização monetária sobre provisões e outros passivos". (ii) Demonstração dos resultados das operações com derivativos:

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Swap - Taxa USD x BRL/CDI	(108)	379	(108)	351	(137)
Swap - IPCA x CDI	(23)	(212)	(14)	(137)	(26)
Swap - PRA x CDI	8	(40)	8	(26)	-
Swap - SOFR x CDI	(152)	-	(153)	-	-
Outros	17	3	17	-	-
		(258)	130	(253)	188
Receitas com instrumentos financeiros derivativos		(546)	(252)	(458)	(164)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos		(258)	130	(253)	188

29. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

(a) **Práticas contábeis:** As práticas contábeis para ativos mantidos para venda e operações descontinuadas estão descritas na Nota 5.4.7. (b) **Conclusão da venda das operações descontinuadas:** Com a aprovação do plano de desinvestimento integral pelo Conselho de Administração em 2024, as operações da Tunísia e do Marrocos foram classificadas como ativos mantidos para venda, e os resultados como operações descontinuadas. O plano de desinvestimento está alinhado com a estratégia de gestão de portfólio da Companhia, que busca maximizar valor para seus acionistas e balancear o posicionamento geográfico entre mercados maduros e emergentes, otimizando a gestão de risco do portfólio consolidado da Companhia. Em março e junho de 2025, a subsidiária VCEA concluiu a venda de todos os seus ativos localizados na Tunísia e Marrocos (Nota 3.1), respectivamente, sem saldo remanescente em 31 de dezembro de 2025.

(c) **Ativos (e passivos relacionados) classificados como mantidos para venda:**

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		300	603	300	603
Contas a receber de clientes		3	3	3	3
Estoque		146	146	146	146
Outros ativos		46	3	46	3
Imobilizado		17	3	17	3
Intangível		-	-	-	-
Ativos classificados como mantidos para venda		(258)	130	(253)	188
Empréstimos e financiamentos		382	205	352	352
Fornecedores e outras contas a pagar		120	120	120	120
Imposto de renda e contribuição social		89	89	89	89
Triunfo a receber		62	62	62	62
Benefícios pós-emprego		87	87	87	87
Outros passivos		82	82	82	82
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda		479	479	479	479

DIRETORIA		CONTADOR	
Oswaldo Ayres Filho Diretor Presidente	Antônio Pelicano Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	Joarez Baída CRC PR 048.327/0-7 "S" SP	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Votorantim Cimentos S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PA:** Provisões e depósitos judiciais (Nota 21): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, são parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial. A Administração, com apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima o desfecho das respectivas causas, provisionando as avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 478 milhões na controladora e R\$ 685 milhões no consolidado, líquidos dos depósitos judiciais, e divulga as classificadas como perdas possíveis, nos montantes de R\$ 12.056 milhões na controladora e R\$ 13.786 milhões no consolidado. A estimativa da possibilidade de êxito nos processos em andamento, e as suas mensurações, envolvem julgamentos críticos por parte da Administração, uma vez que dependem de eventos futuros não totalmente no seu controle, bem como pode envolver aspectos subjetivos e evoluções legais ao longo do tempo que podem impactar na sua avaliação e mensuração. Assim, o andamento desses processos nas diversas esferas pode apresentar desdobramentos diferentes do que a Administração e seus assessores jurídicos esperam. Mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem levar a alterações significativas nas estimativas da Administração. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Em resposta a esse assunto, avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos estabelecidos pela Administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos tributários, civis, trabalhistas e ambientais. Analisamos a consistência entre a prática contábil relacionada às provisões judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental e os procedimentos adotados pela Administração para a sua determinação e as respectivas divulgações. Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos da Companhia, bem como a respectiva avaliação pela Administração dos valores e das probabilidades de perda. Envolvemos nossos especialistas nas áreas tributária e legal para avaliar a razoabilidade das estimativas da Administração e de seus assessores jurídicos internos e externos, considerando a evolução dos processos e a jurisprudence existente, quando aplicável. Realizamos também a leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação dos passivos contingentes e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com os dados e informações recebidos ao longo da nossa auditoria. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório de auditoria:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar

esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades e unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por causa das consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de março de 2026

	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/7-6	Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior Contador CRC 18A018245/0-1
--	--	--

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1A64-461C-E2AB-FFB6> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1A64-461C-E2AB-FFB6



Hash do Documento

3FD93EAC60CB05E5F8605173CA68AD7EFA430784D620B77478B043A3E18E4836

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 27/03/2026 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.6464825 Longitude: -46.5569245 Accuracy: 212

IP: 172.16.4.11

AC: AC Certisign RFB G5

